

## CORTE DO GAFO, UMA ALDEIA EM DECADÊNCIA

O nome de Corte do Gafo é extensivo a duas aldeias, distanciadas cerca de três quilómetros. As palavras *de Cima* e *de Baixo* distinguem as duas aldeias. Foi à Corte do Gafo de Cima que dedicámos este estudo por ser a aldeia mais importante (denominada mais vulgarmente só por Corte do Gafo), a mais antiga (não obtivemos qualquer notícia histórica mas a presença da igreja, nesta, parece-nos ser um elemento a considerar para a idade relativa das duas aldeias) e por ser aquela onde o processo do êxodo rural está mais adiantado, diríamos até, quase no seu extremo final. Por outro lado, o que dissermos a respeito desta aldeia se aplicará à outra, se dentro dos próximos anos não sobrevierem as medidas necessárias.

De há muito que factos como o que este estudo evidencia são conhecidos. Aldeias em decadência, infelizmente, há muitas em Portugal, quer no Norte, quer no Sul. Corte do Gafo é um dos exemplos vivos do estado crítico duma aldeia do Baixo Alentejo, talvez mesmo aquela, ou pelo menos uma daquelas, onde o problema rural se põe com maior gravidade. Não é um caso único, é quase um caso comum, se não do Baixo Alentejo, sem dúvida do concelho de Mértola.

Procuraremos apresentar as causas, quer físicas quer humanas, da crise que hoje se manifesta e as suas consequências.

A panorâmica das fases de evolução da aldeia conduzirá o leitor ao ponto crucial, ao problema do êxodo rural, em que nos deteremos um pouco. A parte final, dedicada às sugestões susceptíveis de atenuar e mesmo debelar os efeitos

catastróficos da decadência, aquém dos nossos conhecimentos, constitui um complemento necessário.

#### QUADRO NATURAL

A extensa peneplanície alentejana encontra aqui largos tractos de perfeita regularidade, perdendo-a apenas quando a rede hidrográfica se intensifica, o que sucede para as bandas do rio Guadiana, o único que consegue um desnível que oscila pela centena, centena e meia de metros (fig. 1). É ele também o único que mantém durante o Estio escaldante um caudal suficiente para embutir um canal de estiagem no leito maior. Todos os outros cursos de água secam no Verão, e a sua presença adivinha-se, não propriamente pelo encaixe que ocasionam, mas porque ao longo de faixas estreitas se concentra a vegetação que aí procura a humidade que o céu lhe não dá.

Desta paisagem monótona, de solo levemente ondulado, sobressaem relevos de altitude oscilante entre 200 e 150 m, que impressionam mais pela sua forma de dorso alongado do que pelo desnível à terra chã. Incluem-se nestes relevos, que mais não são que as cristas quartzíticas silúricas que ondeiam o país, a serra de Alcaria Ruiva, a Serra Branca, e outros sem denominação própria, mas todos de direcção NO-SE. Além das pequenas colinas entre vales, adivinha-se a sul, no horizonte, o Morro de Mértola, e mais ao longe os frêmitos do empolamento da peneplanície que adiante irá constituir a serra da Caldeirão.

Ponto de importância crucial para este trabalho é o problema dos solos. A *Carta dos Solos*, na escala de 1:50 000, publicada em 1959, dá ideia do estado deplorável dos solos, em muitos casos no extremo da sua evolução. Inserimos um esboço dessa carta (fig. 2), que mostra o predomínio flagrante de solos esqueléticos de xistos ou grauvaques em manchas uniformes ou alternando com outros tipos de solos, com os mediterrâneos vermelhos ou amarelos ou os mediterrâneos pardos de xistos e grauvaques. Os afloramentos rochosos são muito frequentes, sobretudo para as bandas do Guadiana, orlando quase ininterruptamente o seu curso. A palavra *esquelético* traduz bem o estado destes solos, completamente

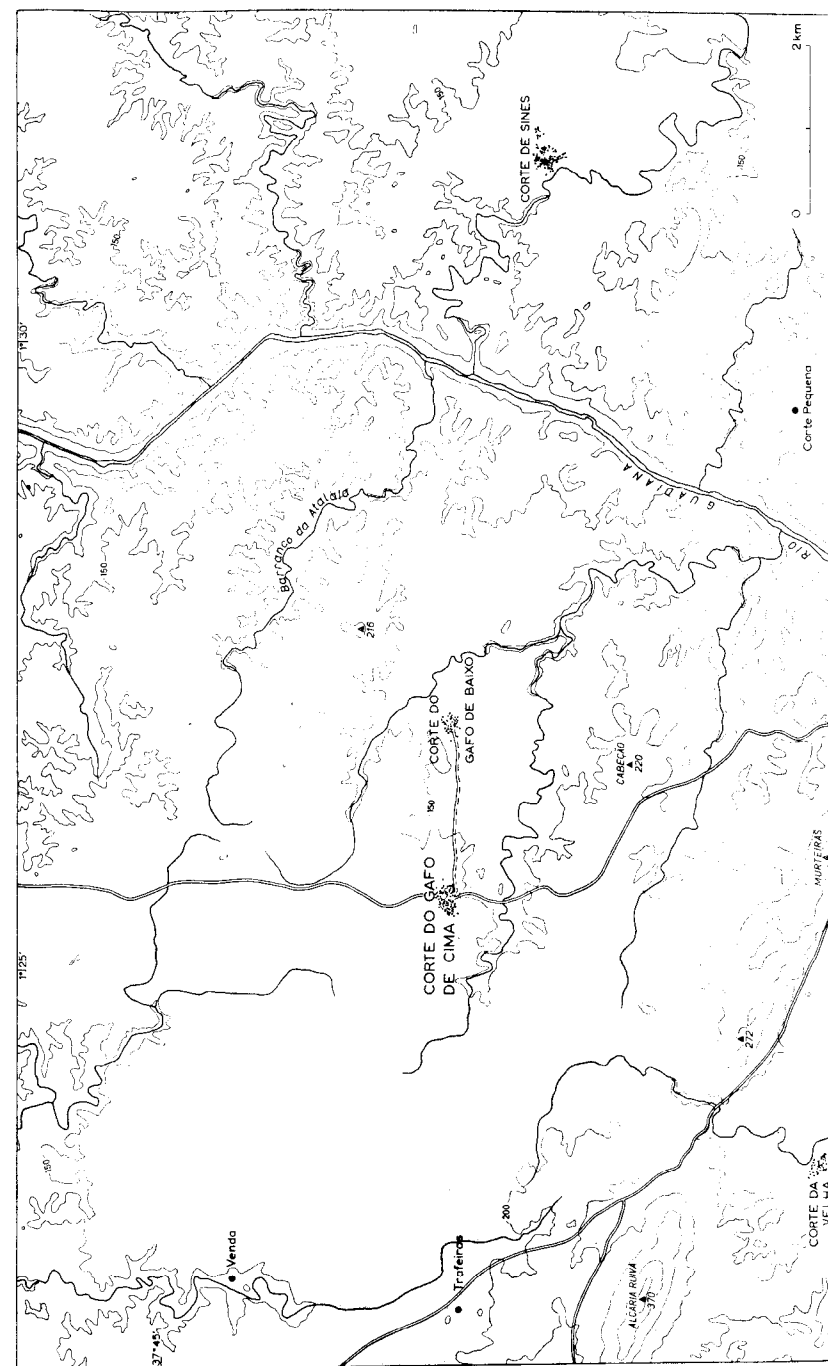


Fig. 1 — Mapa de localização de Corte do Gafo. (Equidistâncias das curvas de nível: 50 m).

esgotados, que nada ou quase nada podem dar. Paisagem triste que continuará a evolucionar no pior sentido, se não houver qualquer obstáculo ao progresso da erosão e ao conseqüente esgotamento de todos os solos.

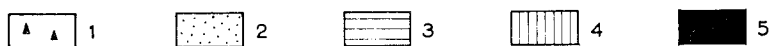
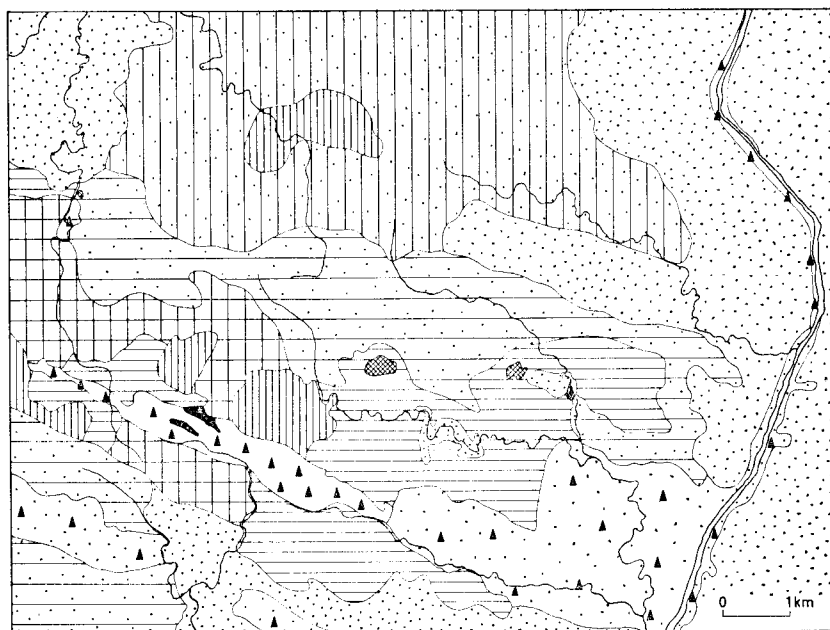


Fig. 2 — Tipos de Solos.

1 — Afloramentos rochosos; 2 — Solos esqueléticos de xistos ou grauvaques; 3 — Solos mediterrâneos pardos de xistos ou grauvaques; 4 — Solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos; 5 — Barros pretos de dioritos ou glabros. Nas áreas em que se combinam os tipos considerados adoptou-se a sobreposição dos respectivos símbolos, com traços e pontos mais espaçados.

A *Carta de Capacidade de Uso do Solo*, na escala de 1:50 000, publicada em 1959, classifica os solos em cinco classes, de A a E, segundo a sua aptidão para utilização agrícola, máxima em A, impossível em E. Na fig. 3 apresenta-se a área ocupada pela classe E, de capacidade teórica nula, correspondendo a restante superfície representada a solos aceitáveis, das outras quatro classes. De qualquer modo, deve referir-se

que não existem aqui solos de classe A. Os das classes B e C aparecem em pequenas manchas. Quanto à classe D, que representa a maior parte dos solos próximos das aldeias, os especialistas consideram que só pode ser ocupada por pastagens, matos e florestas. Contudo, tanto nos solos da classe D como

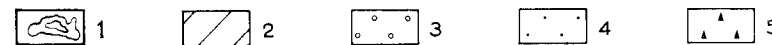
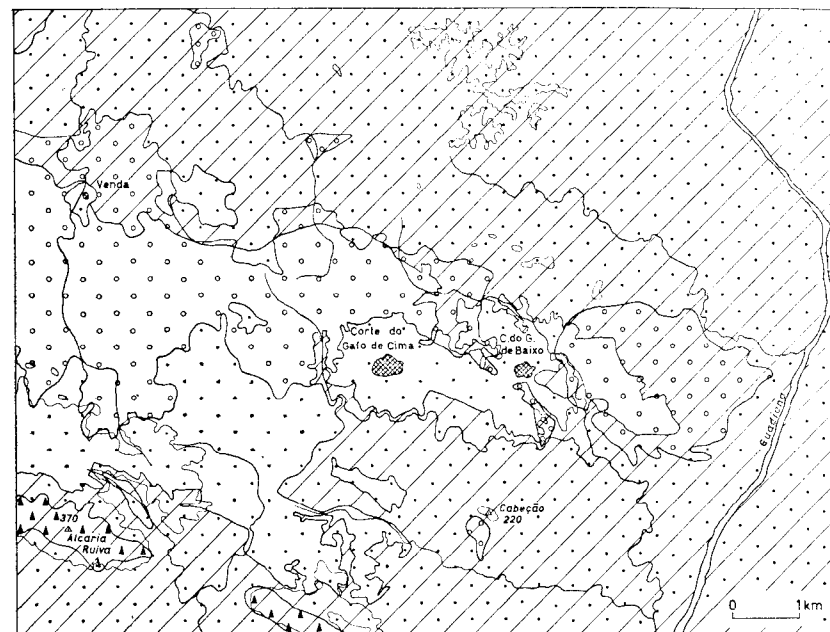


Fig. 3 — Utilização actual e capacidade teórica de uso dos solos.

1 — Curva dos 200 m; 2 — Solos teoricamente insusceptíveis de utilização agrícola (classe E); 3 — Montado de azinheira; 4 — Culturas arvenses de sequeiro; 5 — Inculto.

mesmo nos da classe E se continua a exercer uma agricultura cada vez mais fracassada, como se vê na fig. 3, onde foram indicados também os três grupos de utilização do solo existentes nas aldeias, a partir dos dados fornecidos pela *Carta Agrícola e Florestal de Portugal*, na escala de 1:25 000, publicada em 1960.

É portanto em muito más condições que se encontra a maioria dos solos; e se este esgotamento é uma das grandes causas do exôdo rural, ele é, já por si, a conseqüência duma

campanha que, embora de bom fundamento, não deixou de ser irreflectida, como veremos adiante.

O clima da região pode ser caracterizado a partir dos dados da estação meteorológica de Mértola-Vale Formoso (37° 45' lat. N, 7° 33' long. O, 190 m de altitude) situada a dez quilómetros da aldeia.

Esta região do vale do Guadiana é considerada marcadamente seca, quase semi-árida, no conjunto do Baixo Alentejo. Caem apenas 633 mm de chuva por ano em Mértola e o Verão é marcado por temperaturas elevadas, forte amplitude da temperatura e ar muito seco (a humidade relativa, de tarde, desce a valores muito baixos, inferiores a 40%) (fig. 4).

As primeiras chuvas caem em Setembro. São chuvadas curtas mas violentas que mal chegam a molhar um solo ressequido pelo implacável sol do Estio. Não raras vezes estas primeiras chuvadas se fazem anunciar por uma atmosfera carregada, sufocante, cortada de longe em longe pelo ribombar dum trovão.

É a esta chuva torrencial, que cava facilmente o xisto, abrindo regos profundos, que se deve a arquitectura da entrada das casas, onde de vez em quando é preciso acrescentar um degrau, tal o desnível que se cria entre o solo e a soleira.

A um solo já de si delgado e pobre alia-se a enxurrada periódica que o lava e arrasta, quando já não o levou todo e a rocha se não mostra a nu.

A mata primitiva pode dizer-se que foi totalmente destruída, pois ao relancearmos a vista, quase nada mais se vê que o campo de cereal onde despontam algumas árvores, sobretudo o azinho, aqui denominado *chapparro* (fig. 3). O cereal cobre toda a área possível, deixando apenas os cumes das pequenas colinas, ou porque aí não chega a máquina, ou porque são demasiadamente pedregosos. Só aí e nos valeiros dos riachos se adivinha a mata primitiva, já degradada pelo gado. É aí que se sente o odor agradável da esteva, do *xaregaço*, do rosmaninho, da *rouzela*, do alecrim, da aroeira, que aparecem com maior frequência para as bandas do rio, onde a movimentação do terreno as poupou à febre das arroteias.

As árvores espontâneas que hoje se conhecem são o *chapparro*, o carapeto (alguns deles com enxertia de pereiro)

e o zambujeiro, hoje com enxertia de oliveira. É, no entanto, o azinho que de longe domina as espécies arborícolas, mas o número de árvores deve ter sido muito maior, porque não

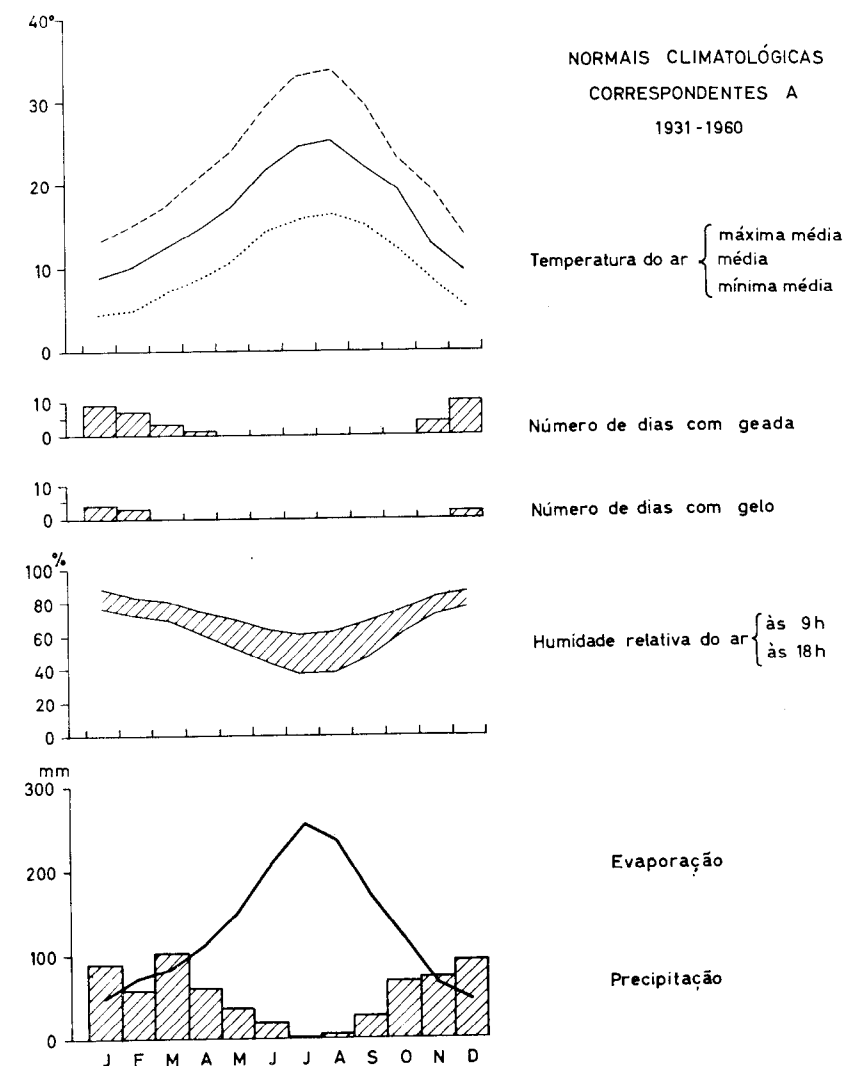


Fig. 4 — Normais climatológicas de Mértola-Vale Formoso.

se refizeram totalmente depois da arroteia. Outrora arroteado, o montado refez-se em parte, segundo faixas contínuas e longas, e hoje a árvore não é destruída até porque ela se

encontra muito esparsa, raramente obsta à mecanização e é um factor de lucro. Este lucro, e referimo-nos ao comércio da lenha, foi tão rendoso uns anos atrás que originou até pequenas fortunas. Hoje, os fogões a gás diminuíram muito o comércio da lenha; no entanto, a aldeia toda consome lenha e a vila de Mértola absorve grandes quantidades. O chaparro é mesmo objecto de certos tratos, limpando-se as árvores de tempos a tempos para que dêem melhor fruto, aqui comido pelo gado ovino, já que o suíno não existe. Além do mais, e apesar da azinheira ser hoje considerada uma árvore «morta» devido ao desaparecimento dos suínos, aqui, e enquanto não se plantarem outras, vai segurando o solo e evitando o progresso da erosão, tão fácil numa terra quase nua como a que é dado observar e outrora coberta de densos montados.

#### A AGRICULTURA

O *sequeiro* — O trigo é e continuará a ser a base da economia alentejana, enquanto não lhe sobrevier um produto de substituição. Aqui, cereal é hoje quase um sinónimo de trigo, porque embora tenham existido outros cereais de sequeiro em quantidades apreciáveis, estes são quase inexistentes. A extinção do gado muar, pela introdução da máquina, fez desaparecer quase totalmente a cultura do centeio e diminuir muito a da aveia.

Tudo se cobre de trigo, excepto os cumes das pequenas colinas, as terras muito pedregosas e o fundo dos valeiros, onde, como vimos, vive o mato. De resto, nada mais que a enorme área do cereal onde apenas se destacam tufo de árvores mais ou menos esparsos (est. I). Se o montado é um pouco mais denso e não permite uma cultura satisfatória de trigo, semeia-se aí um pouco de centeio, que é misturado com trigo nas moagens, e alguns pés de aveia e cevada que se cortam em verde para o gado.

Se nos «barros» as explorações agrícolas não estão sujeitas aos pousios, eles são aqui imprescindíveis e oscilam entre 4 e 5 anos. A folha do pousio não está morta porque é nela que o gado procura o alimento. Numa região em que o gado representa um papel muito importante na economia local e é presentemente o único produto que pode cobrir um

pouco o prejuízo do cereal, há que conjugar a sua criação com as culturas.

Normalmente os campos dividem-se em 5 folhas. O afoalhamento tradicional consistia numa folha de trigo, uma de alqueive, uma de aveia e outra de pousio, o que era antieconómico, porque à aveia sucedia-se o trigo e aquela esgota demasiadamente a terra. Hoje faz-se um novo afoalhamento, mais de acordo com as condições locais. Dum modo geral, há apenas uma folha de trigo, outra de alqueive e três folhas de pousio. É no alqueive que se semeia alguma aveia e cevada para o gado. Se sucede que uma folha dá bom pasto, então essa permanece mais tempo em pousio, retirando-se dela todo o alimento que possa dar ao gado. O pousio não é, portanto, fixo: oscila, para uma melhor utilização do pasto que fornece.

Antes da introdução da máquina, que se verificou em 1955, o homem era ajudado no amanho da terra pelo gado muar que ora lhe puxava a charrua, ora o trilho, consoante a época agrícola. Hoje não há qualquer trabalho agrícola efectuado pelos animais. A máquina substituiu-os, e também aos homens. Mesmo os que não possuem a sua ceifeira, e são a grande maioria, alugam «à maquia» máquinas vindas directamente de Mértola. Paga-se uma percentagem correspondente ao trabalho efectuado. Quanto mais ceifam, maior a quantidade de trigo que recebem. É portanto uma tarefa de empreitada, paga com o produto do trabalho, não em dinheiro, porque em muitas épocas ele é inexistente.

As sementeiras do trigo efectuam-se entre 15 de Outubro e 15 de Novembro, podendo prolongar-se por vezes até ao fim do mês. Na região de Beja iniciam-se só em Novembro.

A monda é praticamente o único trabalho que absorve mão-de-obra, mas basta-lhe a pouca que existe na aldeia. O início da monda depende do enraizamento do trigo e da quantidade e tamanho das ervas, mas, em regra, de meados de Dezembro prolonga-se até Abril.

Em Maio, normalmente, começa a ceifa e termina com o São João. Uma vez ceifado o trigo, já não é possível vê-lo espalhado na eira e debulhado à pata das bestas que um homem comandava, colocado ao centro, nem sequer ver rolar o trilho puxado pela parelha. A palha que se soltava era retirada pelas forquilhas enquanto a parelha trotava arras-

tando o trilho que continuava a debulha. Separada a palha graúda, era preciso isolar o grão dos fragmentos mais pequenos que escapavam aos dentes da forquilha. Para isso utilizava-se o *arneiro*, uma espécie de peneiro, e o grão retido era ensacado. Para o medir usou-se o *alqueire*, aproximadamente 14 litros, e mais modernamente a *deca*. Qualquer destas duas medidas estão em desuso mas vêmo-las ainda como relíquias de algumas casas agrícolas.

A palha é amontoada em «serras», cobertas de esteiras de junco, que a defendem da chuva e lhe evitam o apodrecimento. Distinguem-se das «medas», montes de feno, isto é, de erva que é cortada em verde, mas ambas se destinam ao alimento do gado.

Uma vez efectuados todos estes trabalhos, que se dá em troca ao solo? Além dos adubos, utilizam-se algumas plantas fertilizantes. A tremocilha, largamente empregada no concelho de Beja, utiliza-se aqui mais como forragem, porque não deu muito bons resultados como fertilizante, devido talvez ao tipo de solos. A tremocilha tem o seu desenvolvimento pleno em Maio; e então se deveria enterrar, mas nesta época já a terra está seca, muito dura, e como tal difícil de trabalhar. As outras plantas fertilizantes são principalmente o cizirão dos Açores e a ervilhaca do Caia, mas sempre em muito pequena quantidade e utilizadas apenas pelos proprietários mais abastados ou mais evolucionados.

Este solo que se viu crestado pelas chamas, quando das arroteias da Campanha do Trigo, todos os anos experimenta esse flagelo, quando a palha espalhada pelo terreno é consumida pelo fogo, numa ideia errónea de lhe dar fertilidade. Todos os anos os efeitos desastrosos dessa Campanha, que hoje se fazem sentir tão cruelmente, são reforçados por este processo não menos desastroso que queima o húmus e extingue a vida microbiana.

A palha amontoada em «serras» é, como vimos, vendida para o gado, mas, quando já existe palha nova, a que resta do ano anterior é espalhada no campo e aguarda-se o dia de lhe lançar fogo. Só é permitido pegar fogo depois de 15 de Agosto, mas esta prática está tão generalizada e arreigada ao espírito dos rurais, que muitos deles passam em claro a noite de 15 para 16 e vão logo atihar a chama. E isto continua

todos os anos implacavelmente, sem que se impeça de qualquer modo esta prática arcaica que mais agrava a situação, e a que os homens recorrem procurando restituir à terra aquilo que, sem consciência do facto, lhe roubam periódicamente.

Que se espera para o futuro se este método continuar? Que, cada vez mais, uma terra pobre veja sugarem-lhe o sangue que ela procura reter a todo o custo nas suas malhas já demasiadamente largas e frouxas. Quando se procurar dar remédio, talvez seja muito tarde e o solo se tenha transformado na «talisca» <sup>(1)</sup> que já hoje enxameia os campos.

*A horta* — Três canteiros verdejantes sobressaem duma terra a que o restolho do cereal dá uma tonalidade amarela, incrivelmente monótona, que parece transmitir ao ser humano a sua própria ressequidão, só pelo facto de a olhar. São três «hortas» esses canteiros viçosos que se localizam em três polos da aldeia e a abastecem com os seus mimos e fruta, vendidos todos os dias pelo hortelão (est. II, A).

O chão, retalhado por regos onde corre a água, cobre-se de produtos hortícolas onde amiudadas vezes desponta uma árvore, exclusivamente de fruto. Há mesmo uma grande profusão de árvores fruteiras, principalmente romãzeiras, figueiras, pessegueiros, laranjeiras e ainda algumas pereiras e macieiras, todas elas cobertas de frutos de óptimo aspecto e boa qualidade.

Verduras, todas se criam: nabijas, cenouras, couves, pimentos, rabanetes, espinafres; contudo, muitas delas são tardias.

Nos bocadinhos que sobram semeiam alguma batata, regada dia sim, dia não. É, como se pode ver, uma produção em pequena escala, o mesmo se contando quanto à batata de sequeiro, semeada em meados de Janeiro. Raramente se vai além de duas sacas, aproximadamente 100 kg, e o rendimento não passa de 6 a 8 tubérculos, uma fraca produção, exclusivamente para consumo de quem as semeia, que não basta a todo o ano. Sucede até que, por difícil ou inadequada conservação, a batata começa a grelar e então vendem-nas, para mais tarde as comprarem muito mais caras. A aldeia é obrigada portanto a importar grandes quantidades de batata.

<sup>(1)</sup> «Talisca» é o nome da pedra miúda que vai aparecendo no campo à medida que se dá o adelgaçamento do solo.

No que respeita à fruta, é a chamada fruta de chão, melões e melancias, que se consome em quantidade. Todos os dias, na época própria, rapazitos andam pelas portas com cestos pejados de melancias, que toda a gente compra para na hora da merenda se refrescar.

Este pequeno oásis tem apenas uma explicação: a água e o estrume. A água, que o burro puxando a nora (est. II, B) faz subir à superfície, pagando bem, com o seu esforço diário no Verão, desde a manhã ao sol posto, a sua imobilidade no Inverno; o estrume, vendido a 15\$00 a carroça, e consumido apenas nas hortas. Nem sequer os pequenos quintais são estrumados, amontoando-se na cavalaria o estrume que o burrico fornece, sem que neles se lhe dê utilização.

Mas numa terra em que os naturais se desapegam totalmente dos produtos hortícolas, pois nem sequer cultivam os pequenos quintais, há que fazer uma referência ao mestre que, com mão sábia, dispõe as peças dessa pequena obra que é a horta. O hortelão, pois dele se trata, logicamente não poderia ser um homem da aldeia. Veio de Beja, habituado há muitos anos ao arranjo das hortas das redondezas e que abastecem a cidade com os seus mimos. O hortelão recebe 500\$00 por mês; e nestas condições a horta rende 200 a 300\$00 semanalmente, o que, não sendo muito, chega para os donos.

Entre as hortas e o campo a separação é perfeitamente estanque, quer pelo muro, quer por alinhamentos de oliveiras.

Das três hortas existentes, é praticamente esta, de que demos uma visão geral, que abastece a aldeia, pois as outras duas destinam-se quase exclusivamente ao sustento dos seus proprietários, sendo ainda uma destas, propriedade de lavrador abastado, uma espécie de campo de ensaio, onde selecciona os produtos mais de acordo com as condições locais.

#### A CRIAÇÃO DO GADO

Num concelho de fraca produção cerealífera, agravada pelo problema que se estende a todo o Alentejo, a criação de gado é uma das fugas possíveis para a melhoria do nível de vida.

Uma criação de gado tradicional atesta-se no termo *Corte*, tão frequente no concelho, como *Corte do Gafo*, *Corte do*

*Pinto*, *Corte de Sines*, etc. *Corte* significa o curral do gado e corre na aldeia a memória de terem sido encontrados no mato os bebedouros dos cães que guardavam o gado.

*Gado ovino* — Criação de gado é aqui quase um sinónimo de gado ovino, porque todos os outros tipos de gado são de diminuta representação.

É efectivamente a ovelha que compensa um pouco, com o seu rendimento, a catástrofe que surge nos anos maus de trigo, como o período que decorreu de 1959 a 1963, em que a mísera colheita de três sementes (isto é, três vezes a quantidade que se semeou) não chega sequer a cobrir metade do custo da produção. Assim se pode apelidar a ovelha de «cortiça do Concelho».

Criada no restolho do cereal, na folha de pousio, transita de lugar em lugar procurando a satisfação do estômago pouco exigente. Não lhe são dispensados, todavia, os cuidados necessários, o que só beneficiaria o rendimento, talvez por falta de meios, talvez também por inconsciência. O rebanho é deixado todo o ano no campo, sofrendo todas as intempéries, sem que se faça o menor esforço para construir abrigos. Hoje já existe um ovil, propriedade particular, mas que foi acolhido com certa descrença e até crítica. Os rebanhos variam muito em número de cabeças, contando o maior com 750 ovelhas e 40 cabras, guardado por 4 maiorais e um rapazito, o cabreiro, que se ocupa apenas das cabras. Este rebanho recolhe no Inverno ao abrigo onde permanece durante o mau tempo, deitado sobre a palha, que só é retirada quando ele abandona de todo o ovil, encontrando-se já curtida, e misturada com o estrume, fornecendo um bom adubo.

Mesmo nos meses de bom tempo é difícil dispensar ao rebanho os cuidados necessários; a água tem de ser tirada a pulso, pelos maiorais, dos vários poços da propriedade, para não se dar o caso de algum se esgotar.

As crias nascem em Novembro, recolhendo as ovelhas ao ovil, onde amamentam os filhotes, sendo apartados delas na época do desmamar. Sucede por vezes haver duas crias, uma em Novembro e outra em Maio, o que se evita, por ser prejudicial à ovelha, que enfraquece e não pode ministrar aos dois borregos os mesmos cuidados de mãe.

O objectivo económico da criação da ovelha exclui a obtenção de carne, verificando-se muito esporadicamente o abate dum carneiro, quando já está velho e se torna quase inútil. É a lã e o queijo que importa negociar, principalmente aquela, que encontra sempre um comprador fixo, o Grémio da Lavoura, em Mértola. Retirada a lã, anualmente em Abril, é toda enviada ao Grémio onde se faz a concentração da produção do concelho. Chamado um técnico, a lã é seleccionada e a Junta dos Produtores Pecuários atribui-lhe um preço X. É depois anunciado um leilão, a que comparecem os proprietários da lã e os compradores, fazendo-se a venda livremente entre uns e outros. O vendedor transacciona a lã como mais lhe convém; ou aceita o preço que lhe deu a Junta ou vende directamente ao comprador particular. É tudo uma questão de preço ou conveniência.

O outro produto de transacção é o leite. Este é vendido a indivíduos especializados no fabrico do queijo, conhecidos pelo nome de *roupeiros*. Praticamente todo o leite é gasto na alimentação dos borregos e no fabrico de queijo, pois para consumo da população não há notícia de nenhum.

Um ditado popular exemplifica bem como o rebanho, apesar de não muito cuidado, representa algo de muito importante para aquela gente, que mesmo só com quatro ou cinco cabeças consegue retirar qualquer dinheirito. Diz o povo — «Chove por S. Mateus, cuida das ovelhas que os borregos são teus!». No dia de S. Mateus, 21 de Setembro, realiza-se uma feira, em Mértola, onde acorre toda a gente do concelho, limitando-se por vezes a trazer um simples boneco de barro. A ausência de chuva naquele dia é tomada como mau agouro para o próximo ano, e, nos espíritos mais pessimistas, capaz de enfraquecer a vontade própria.

Como acontece com todos os ditados, também este tem o seu quê de verdade. É que as chuvas no fim de Setembro fazem rebentar a erva, formando-se pastos frescos e tenros. Quando vêm os grandes frios a planta já está suficientemente enraizada e desenvolvida para resistir a eles, dando portanto ao rebanho um pasto razoável, que por sua vez se reflectirá nas crias nascidas em Novembro (fig. 4).

Como vimos, o rebanho é guardado por um ou vários maiores, que são, dos poucos habitantes, aqueles que con-

seguem permanecer na aldeia, porque pelo menos têm assegurada a satisfação diária do seu estômago. O pastor recebe, diariamente 10\$00, e mensalmente as «comedias», que aqui incluem 42 quilos de farinha (antigamente eram 45 quilos), 2 litros de azeite, 4 litros de grão ou feijão, um quilo e meio de toucinho, e no fim do ano um borrego. Além disso tem o «interesse» de um pequeno número de ovelhas, normalmente cinco, das quais retira todo o lucro, os borregos, a lã e o leite, permanecendo no entanto os animais como propriedade do dono do rebanho. Os cabreiros, rapazitos muitas vezes filhos dos maiores, recebem os mesmos produtos em menor quantidade e também o borrego no fim do ano. Com o ganho anual de um borrego, o maioral consegue um número de cabeças de gado, denominado o *pubulhal* (pegulhal), que ele apascenta juntamente com o rebanho do patrão sem lhe pagar o pasto.

O pastor acompanha sempre o rebanho, apenas se afastando dele quando vem, montado na sua burrita, buscar o jantar à aldeia.

*Outras espécies* — O pequeno número de cabras, que é apascentado com as ovelhas, tem um valor quase nulo na economia da aldeia, exceptuando os magros dois litros de leite que bastam... quando não sobram, às necessidades do povo, pois o consumo deste precioso alimento é quase inexistente.

O gado caprino poderia fornecer um pouco de carne à aldeia, já que os ovinos a não fornecem, mas não se verifica o mínimo gesto neste sentido.

Cada vez o número de cabras é menor, tanto mais que se pretende efectuar um repovoamento florestal e elas são incompatíveis com a árvore.

Quanto aos porcos, com a chegada da peste suína africana, a criação está muito reduzida, tanto mais que a vacinação se mostrou ineficaz, porque inocula factores patológicos de que morre a maioria. A criação dos porcos não compensa, e varas de 600 porcos e mais reduzem-se hoje à nulidade.

Além disto, a decadência do comércio da banha de porco, por imposição das margarinas, priva o consumidor dum produto talvez mais nutritivo e de confiança. Por estas razões o porco está condenado a tornar-se um produto raro, criado



no quintal, se não sobrevier uma vacinação eficiente ou um cruzamento que resista à doença, como se está a efectivar nalgumas propriedades, a título experimental. A criação do porco não oferece por enquanto uma motivação económica capaz de suprir a quebra do cereal.

A criação de gado bovino foi sempre de pequena monta, como é facilmente explicável pelas próprias condições naturais. Apenas dei notícia de uma vaca, criada talvez mais por estimação que pela mira dum lucro, que seria nulo, já que a população nem sequer se utiliza do seu leite.

Finalmente, quanto ao gado muar, este resume-se hoje a duas parelhas e uma égua, além de um ou outro macho utilizado para puxar a típica carrocita alentejana que saltita nas covas dum atalho entre a aldeia e a estrada nacional Beja-Mértola, onde saem os viajantes que se dirigem à aldeia.

Na época áurea da vida da povoação existiram umas 50 a 60 parelhas. Todo o seareiro possuía a sua parelha, que, puxando o arado, mais tarde a charrua ou o trilho, tirava da terra o pão que bastava ao sustento da família e lhe fornecia ainda um pecúlio suficiente para arranjar nova terra a dar aos filhos.

Por um lado a mecanização, por outro a impossibilidade de alimentar os animais de trabalho, levou à quase extinção deste tipo de gado e por sua vez ao decréscimo do cultivo do centeio e da aveia, sendo aquele misturado com o trigo nas moagens.

#### *A HABITAÇÃO E A GENTE*

*A habitação* — Encavalitadas entre os afloramentos de xisto, as pequeninas casas de taipa, algumas caiadas, emprestam uma nota de singeleza e frescura a uma vasta região torrada pelos raios de Sol, que douram as espigas e os corpos. A aldeia apresenta-se ao viajante como um botão entre sépalas já secas, tal o contraste entre a vasta área de cereal e a concentração apertada de casas, como que enquadradas por limites bem definidos. Apenas as casas das três quintas extremas da aldeia saem fora do conjunto habitacional. Para lá da aldeia nada mais que um moinho abandonado, um monte longínquo ou as ruínas de um outro.

Construída de taipa, às vezes com um terço das paredes exteriores de pedra, a casa mantém um aspecto cuidado, sobretudo a que é caiada, debruadas as portas e as janelas com cal colorida de amarelo, castanho ou vermelho. Mesmo quando a casa não está rebocada e mostra o material de construção, não destoa das outras, porque os seus habitantes conservam-na cuidada e também a ornamentam com as faixas coloridas nas portas e janelas.

Mas, infelizmente, uma nota desagradável quebra este conjunto harmonioso, e uma nota que dificilmente se pode esquecer. Paredes de casas arruinadas, erguidas para o céu como espectros; casas que se mantêm de pé, mas o próprio aspecto de ruína denuncia que lá dentro não existe vida, e bastará subirmos a um ponto mais elevado para o panorama resultar mais chocante. Não é uma, nem duas, mas dezenas de casas em ruínas que aparecem ao observador logo que este se embrenha nas ruas tortuosas, e, se perante alguma ainda se fica indeciso, não restará dúvida olhando os telhados metidos a dentro (est. III e IV).

Quando se chega à aldeia, não nos apercebemos disto, pois até as próprias casas com vida parece quererem esconder a miséria que lhes vai por detrás.

O acesso à porta de entrada faz-se, de um modo geral, por um ou mais degraus, normalmente mais do que um, quando não mesmo quatro ou cinco, consoante o lugar da aldeia onde se situa a casa. Se está num ponto mais elevado, a enxurrada levou a camada de terra batida, e uma vez retirada esta, cava o xisto em sulcos profundos, de tal modo que aumenta o desnível entre a soleira da porta e a rua, e para melhor acesso nada mais que acrescentar de tempos a tempos um degrau.

De qualquer modo, a casa é térrea, de planta quadrangular, com duas saídas opostas: uma para a rua e outra para o quintal. Da rua entra-se directamente para a «casa de fora» que comunica com os quartos e cozinha, tendo esta uma porta para o quintal (fig. 5). O chão é dum modo geral coberto de ladrilhos vermelhos, feitos de barro e cozidos no forno. Mas há casas em que o piso é simplesmente terra batida e alisada.

O telhado é de duas águas, ocorrendo alguns de uma só

água, nas casas mais pequenas. A telha é interiormente sustentada por barrotes de madeira e canas dispostas transversalmente. Nalgumas coberturas a cana foi substituída por ripas de madeira, mas em qualquer dos casos não são rebocadas interiormente. O revestimento interior de cana tem múltiplas vantagens. Por um lado é material mais barato que a madeira e não deixa entrar tanto bicho como aquela; por outro lado, serve de isolador no Verão, e no Inverno, embora entre o frio pelas numerosas frestas, permite que o fumo da preparação dos alimentos, nesta época do ano feita em casa, saia com facilidade.

A chaminé, se bem que não exista em todas as habitações, aparece nalgumas, e de dois tipos: a larga e pesada



Fig. 5 — Planta de uma casa típica.

O combustível utilizado é sobretudo a lenha de charro e também de esteva, ambas vendidas à «braçada».

Na maior parte das casas não há janelas, apenas o postigo da porta permite a entrada da luz, e por vezes também, uns pedaços de vidro substituindo uma telha em cada dependência.

Mas se o interior é limpo e arranjado, mesmo com alguns requintes, sobretudo na casa de fora, onde se recebe o amigo, o mesmo não se poderá dizer do quintal, próprio de cada casa, onde se coloca tudo o que não presta. No quintal há normalmente um galinheiro anexo à casa, um palheiro, uma cavalaria, também denominada «arramada», onde pernoita a mula

ou o burrico que o pastor utiliza nas suas deslocações entre o lugar do rebanho e a sua casa, quando vem buscar o jantar. Mas, se algum destes anexos pode faltar, o que não falta nunca é o forno como relíquia de tempos áureos ou, o que é muito raro, ainda em uso semanal para o sustento da família (est. V, A) <sup>(2)</sup>.

De planta quadrangular ou circular, neste caso em saliência do bloco habitacional, o forno tem cobertura piramidal baixa, ou cónica, respectivamente. De todos estes fornos, uma minoria, talvez nem uma dezena, continuam em uso. Todos os outros deixaram de cozer pão porque é anti-económico fabricar pão para uma casa onde hoje existe apenas um ou dois membros duma família que ainda há pouco contava com cinco ou mais. O aparecimento, cerca de 1955, da classe das padeiras, absolutamente desconhecida até aí, é mais um elemento a juntar a tantos outros e, no fim, ligados a uma causa comum, a decadência da aldeia.

Mas a nota que oferece uma má impressão ao forasteiro são os enormes amontoados de lenha, os «monturos», postos num recanto do quintal, e os ramos de esteva colocados sobre os seus muros, que dificultam o acesso e impedem que a criação salte para a rua. No quintal se fazem todos os despejos, o que, acrescido da presença da cavalaria, dos palheiros, dos monturos de lenha e lixo, provoca um mosquedo repugnante e impertinente. Além disto, nada mais existe; nem mesmo nos pequenos canteiros se nota o gosto de cultivar algumas verduras, pelo menos no Inverno, já que no Verão a ardência do Sol o não permitiria. Existem por vezes alguns vasos de flores, uma oliveira ou uma figueira já muito envelhecida, como mostra o seu aspecto fraco, de ramos caídos.

É ainda no quintal que as mulheres se juntam para tagarelar um pouco, quando o Sol começa a declinar e a temperatura se torna mais agradável. Sentadas nas pequenas cadeiras de palha, ali estão conversando enquanto fazem qualquer arranjo nas roupas ou confeccionam meias de lã, não muito grossas, de cores variadas, que representam o único artesanato da aldeia. São feitas sobretudo pelas mulheres

<sup>(2)</sup> Não há memória da existência de fornos públicos, daí a enorme profusão destes.

idosas, mas mesmo as pequenitas as sabem fazer. Destinam-se aos familiares, ou a serem vendidas na aldeia, e algumas vão também para a Aldeia de Baixo, nome por que é conhecida a Corte do Gafo de Baixo.

Do que fica dito se depreende que o quintal está perfeitamente dependente da sua casa e apenas se está em casa quando chove, faz muito frio ou na hora da calma. Sem ter qualquer utilidade para o cultivo das plantas alimentares, o quintal é verdadeiramente o desafogo da casa.

*A alimentação* — Pode afirmar-se que a alimentação é predominantemente vegetariana, tendo como base o pão que aparece em todas as refeições, sobretudo como sustentáculo dum caldo de feijão verde ou seco, grão, abóbora, tomate e alguma batata, se bem que pouca.

O único consumo de carne resume-se praticamente ao toucinho comido todos os dias, no pão, na sopa, e que entra até na confecção duns bolos regionais, as «costas». No entanto, o consumo da banha de porco encontra-se diminuído pela aceitação das margarinas que chegam a toda a parte. Carne fresca, não demos notícia dela e só aparece esporadicamente, quando se abate um carneiro velho que já não dá lucro.

Quanto às aves de capoeira, rara é a casa onde não se vêem as galinhas ou patos esgravatando a terra batida do quintal. Destinam-se quase exclusivamente à obtenção de ovos e reprodução, e só se mata alguma pelas festas ou quando se torna de todo indispensável, tal a carência de alimentos ou dinheiro. Nem sequer as vendem; opõem mesmo grande dificuldade nesse sentido.

Supomos que o consumo de peixe seria grande, se o houvesse em quantidade apreciável, o que realmente se não verifica; ao som da buzina do peixeiro acorre a gente ansiosa por saboreá-lo e depressa se esgota a cesta. Dedicam-se ao comércio do peixe uns quatro homens da aldeia, que ou o compram aos pescadores do Guadiana, sobretudo o sável e a tainha (aparecendo por vezes lampreia), ou vão buscar a Mértola o peixe do mar, a sardinha e o carapau. Dada a ausência de carne, pela sua raridade e alto preço no mercado, o peixe é a única fonte de proteínas provenientes de alimentos frescos.

O consumo de leite é diminuto para não dizermos que é inexistente. Como já vimos, uma só vaca abastece toda a

aldeia e mesmo assim há sobras de leite. Diariamente um cabreiro traz dois litros de leite de cabra e nem mesmo este se esgota. A explicação desta ausência de consumo de leite parece-nos residir apenas numa falta de hábito, numa falta de conhecimento do seu alto valor alimentar, pois é barato, enquanto que o vinho, que é bastante mais caro, é largamente consumido! Apenas na época das mondas se bebe mais leite, porque a mulher, a quem cabem estes trabalhos agrícolas, traz dinheiro e compra-o para os filhos. Mas infelizmente é bastante vulgar que esse dinheiro vá parar às «vendas» (tabernas).

Quanto à fruta, é sobretudo a fruta de chão, o melão e a melancia, que mais se consome. Todos os dias, durante a estação, as mulheres e os garotos batem de porta em porta com cestos pejados de melancias, fruta barata, que refresca na hora da «calma». Contam-se ainda, entre os frutos preferidos, uma qualidade de pêssegos, os maracotos, e no Outono as romãs.

Parece-nos poder-se concluir que a população vive em carência alimentar, mais propriamente em carência de alimentos frescos que lhe forneçam as necessárias vitaminas.

*A gente* — As palavras que esta gente nos merece são de apreço pela sua hospitalidade e cordialidade. Gente simples, afável, que gosta que se interessem por eles, que compreendam as suas mágoas, que os escutem com atenção, que riam com os seus gracejos. Falta-lhes talvez um pouco mais de alegria, e a apatia que tantas vezes se lhes aponta encontra explicação em todos esses anos de privações, de luta pela sobrevivência, de desgostos e sofrimentos acumulados.

A mulher é particularmente acarinhada e raramente faz trabalhos agrícolas. Quando vai ao campo é porque não encontrou outra solução. As mondas e a apanha da azeitona, trabalhos rurais em que a mulher participa, não encontram na aldeia grande facilidade de mão-de-obra. Em 1963 apenas quatro raparigas participaram neles. A mulher permanece em casa cuidando dos filhos e das múltiplas tarefas domésticas. As mocitas chegadas aos catorze, quinze anos vão servir para a cidade, sobretudo para Beja, que conta com uma grande percentagem de serviços gafanhas.

É o homem que trabalha no campo, outrora com a charrua,

hoje com o tractor. Ausente do campo, como a maioria a isso é obrigada, reserva-se-lhe trabalhos rudes, sem qualquer especialização, pois a sua tradição rural e a insuficiente instrução não lhe permitem guindar-se a outros lugares.

Classes sociais há apenas duas, ricos e pobres. A classe intermédia não existe. As relações entre uns e outros são fáceis, sobretudo quando dos primeiros há uma atitude de amparo aos mais necessitados.

#### O ÊXODO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

*A arroteia* — A primeira notícia que localiza a aldeia no tempo data de 1876 <sup>(3)</sup>, enquadrando-a no concelho de Mértola, que se diz abundante de cereais, vinho, frutas, gado e caça e bem provido de peixe. A nomeação do cereal em primeiro lugar demonstra portanto o seu valor como produto base da alimentação. A presença de caça, se bem que não haja qualquer referência directa, prevê a existência de mato onde ela se alojava. Hoje, esse mato não se encontra, pelo menos no âmbito da aldeia, o que significa portanto que desapareceu por intervenção do homem.

Já em 1883, GERARD PERY, ao tratar da *Estatística agrícola do distrito de Beja*, refere que as arroteias dos terrenos incultos, onde se alojavam as colmeias, diminuiriam muito a produção do mel e da cera. Se essas arroteias foram gerais em todo o distrito, com que intensidade, não sabemos; mas é muito possível que não se tenham feito sentir grandemente nos campos da aldeia, porque na memória das gentes ainda está a época das principais arroteias, que não se podem recuar muito além da década de 1930. É unânime a opinião de que o apogeu de prosperidade se verifica no espaço compreendido entre 1920 e 1935, registando-se simultaneamente um acréscimo populacional de 1.180 habitantes na freguesia de Mértola, na qual está compreendida a aldeia.

Mas que se passa depois de 1935, ano em que finda um dos grupos de anos bons de colheita de trigo (de 1933 a 1935)? Dois factos parecem desde logo mostrar que algo

<sup>(3)</sup> Cf. JOÃO MARIA BAPTISTA, *Chorografia Moderna do Reino de Portugal*, vol. V, 1876, p. 401.

se modificou. Em 1940 regista-se a primeira saída de gente e a «ração» <sup>(4)</sup> desce pela primeira vez. Diminuiu em 1940 de um terço para um quarto, em 1962 para um quinto e em 1963 para um sexto! Também em 1940 dois homens abandonaram a terra onde viram pela primeira vez a luz do dia, a terra que os viu nascer e lhes deu o pão. Sabe-se com que dor eles partem, já que esta gente é apegada à terra e mesmo longe, por força das circunstâncias, sempre que pode regressa, para arranjar moça, matar saudades dos familiares, relancear um olhar de saudade pela casa de portas e janelas entaipadas, ou ruínas de paredes de taipa, que a falta de cuidados não permitiu manter de pé. Desde então não mais parou de sair gente e, se se não pode dizer que todos os dias, pelo menos todos os meses há alguém que se vê na obrigação de abandonar os seus como último recurso, tentando a vida noutra lugar mais favorável.

A febre de cultivar trigo, de poder colher as espigas passados poucos meses de lançada a semente à terra, nada poupou da mata primitiva. Solos próprios e impróprios viram-se desnudados do matagal que os cobria, pelas sucessivas arroteias, o que acelerou a erosão que não tardou muito a fazer sentir os seus resultados, especialmente num solo já de si muito pobre, delgado, pedregoso, que se cobriu de «talisca». Mas até se terem sentido os resultados desta campanha irreflectida, desastrosa, impossível de remediar hoje, há um período de boas colheitas. Solos que nunca tinham recebido a semente, viram brotar de si a planta nova que lhe arrancava a ritmo acelerado os últimos alentos de vida. Tudo se cobriu de seara que com o seu aspecto viçoso encobria a verdade cruel que dentro de poucos anos se faria sentir como uma catástrofe. À arroteia sucedem-se anos de boas colheitas, 1933-34-35, e neles a classe seareira prospera, e se não se pode dizer que enriquece, pelo menos vive desafogada, alimenta-se suficientemente e, comerciando o grão, consegue arranjar um pequeno pecúlio para dar um pedaço de terra aos filhos. O seareiro pode pagar a sua ração sem dificuldade e nas propriedades arrendadas o lucro das colheitas eleva as rendas, na ilusão de que o estado presente permanecerá.

<sup>(4)</sup> Nome por que é conhecida a quota da parceria, isto é, aquilo que o parceiro-cultivador paga ao parceiro-proprietário.

Mas passados uns anos, o que há agora a pedir a um solo que deu tudo da pouca riqueza que tinha? Nada! E a semente que cai à terra enfraquecida, germina, cresce, mas a planta não produz já um número de sementes satisfatório, e sucedem-se continuamente anos de más colheitas que cada vez mais agravam a situação. Parece-nos mesmo que os anos bons de 1952-1956 não tiveram aqui uma representação quantitativa importante, pois que desde 1940 não mais parou a saída de gente; se ela se tivesse verificado, ao menos neste espaço de tempo o contingente emigratório deveria diminuir ou pelo menos não aumentar. O número de sementes colhidas tem sido cada vez menor e no ano presente a colheita orça pelas três ou quatro sementes <sup>(5)</sup>, isto é, colhe-se três ou quatro vezes a quantidade semeada, o que não dá sequer para custear as despesas de produção, apenas equilibradas quando a colheita é de seis sementes.

*O financiamento da cultura do trigo* — Parece-nos que a explicação da crise não se encontra compreendida entre 1935-1940, como se poderia deduzir do que mencionamos mas, pelo contrário, será preciso recuar um pouco, três anos apenas, para aí encontrar uma circunstância à qual podemos atribuir, pelo menos grande parte, ou até toda a causa da crise. Será então um paradoxo procurar a causa da decadência precisamente na época áurea? Parece-nos que não. Em 1929-1932 situa-se uma campanha gigantesca que se enquadra num conjunto de medidas de protecção ao trigo nacional, iniciadas desde o século passado <sup>(6)</sup>. De protecção, dissemos, porque a ideia original foi essa; simplesmente, utilizou-se um método, melhor, um processo inadequado que fez a campanha redundar em terrível fracasso, fracasso esse que começaria a fazer

<sup>(5)</sup> Estes números foram-nos ditos, de viva voz, por alguns dos exploradores agrícolas, estando sujeitos portanto a qualquer pequena alteração.

<sup>(6)</sup> Em 1821 põem-se entraves à entrada do trigo estrangeiro, procurando assim fomentar a produção nacional. Desde essa data surgiram várias medidas e leis dentro da mesma linha orientadora. Em 1889 surge a primeira lei de sentido neo-proteccionista, estabelecida em bases claras e duradouras, conhecida por lei de Elvino de Brito. Esta lei mantém-se com algumas alterações até 1929 e 1930, anos em que se inicia a Campanha do Trigo, de que tratamos em especial.

sentir os primeiros frémios a partir de 1935, originando em 1940 a primeira saída de gente.

Esse processo consistiu no financiamento da cultura do trigo, posto em prática através do empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos. Era preciso trigo nacional e nada melhor para o obter que emprestar dinheiro aos lavradores, com o qual custeariam todas as despesas de produção, e, depois da venda da semente, o empréstimo seria amortizado num espaço de X anos. Até aqui, nada de mau poderia advir, se este plano tivesse sido executado convenientemente sob uma regulamentação e fiscalização suficientes, o que efectivamente não aconteceu.

Pelo contrário, o empréstimo era dado a toda a gente que apresentasse uma declaração assinada por outrem, afirmando que o requisitante possuía efectivamente a porção de terra mencionada. Tornava-se muito fácil encontrar quem servisse de fiador. Bastava apor a assinatura, pois nada havia a temer dada a ausência de fiscalização. Mediante a declaração assinada, a Caixa entregava o dinheiro correspondente ao número de hectares mencionado, no montante de 800\$00 por hectare. Esta facilidade de obter dinheiro levou ao aproveitamento de muitos novos lavradores que não possuíam nada de seu, e que através de falsas declarações levantam dinheiro que de modo nenhum correspondia à metragem das suas propriedades... se é que as tinham! Muito dinheiro foi desviado da lavoura e empregado em negócios de primeira ocasião, de lucros repentinos, como se afiguram sempre aos inexperientes, tornando-se fácil presa dos que são experientes em transacções ilícitas.

Gente que nunca tinha visto o dinheiro correr-lhe nas mãos, pouco tempo experimentou esse prazer, porque em breve os negócios descontrolados ruíram e em pior situação se encontraram depois. Havia agora mais uma despesa a satisfazer, a amortização do empréstimo, que se faria com o lucro da colheita. Mas que lucro, se a colheita é cada vez menor e o dinheiro que se deveria empregar na terra foi engolido por negócios desastrosos? Nada mais há a fazer que pagar ou atenuar a dívida com a venda daquilo que tanto lhes tinha custado a ganhar, de e para que vivem... a terra. A própria Caixa Geral de Depósitos punha os bens em praça, que mesmo

a preços mais ou menos irrisórios poucos compradores encontravam numa época em que não havia dinheiro livre para empatar. Só aos grandes proprietários, com fundos monetários extra-lavoura, foi possível subsistir, e até comprar as pequenas propriedades que os donos eram obrigados a vender. Assim se constituíram algumas grandes propriedades que neste concelho não eram muito comuns. Os campos da aldeia repartem-se hoje quase exclusivamente por dois grandes proprietários que acrescentaram ao seu património agrário muitas pequenas parcelas. Anteriormente a propriedade caracterizava-se mesmo por um *puzzle* de pequenas courelas, hoje praticamente inexistentes. Uma ou outra propriedade de maior área encontrava-se parcelada em várias explorações agrárias entregues a parceiros ou a rendeiros. Logo que se declara a crise e os pequenos empresários agrícolas não podem satisfazer as suas dívidas, essas parcelas voltam à posse do proprietário. As pequenas propriedades exploradas por conta-própria foram, muitas delas, arrematadas pela própria Caixa Geral de Depósitos, que, apresentando-as em praça, as cobria com uma quantia mínima sempre que não encontravam comprador. Mas isto de modo nenhum apagava a dívida do pequeno proprietário, apenas a diminuía de um tanto, porque a ela se adicionavam ainda as despesas judiciais.

Agora que todos os sonhos estavam desfeitos e havia uma família a alimentar, nada mais restava que partir, procurar noutros lugares desconhecidos um ganha-pão, o suficiente para sustentar os seus estômagos, já que outras exigências não existem.

Mas nem sempre a crise se manifestou desta maneira brusca. Alguns dos seareiros que haviam empregado o dinheiro do empréstimo no amanho da terra, conseguiram permanecer mais uns anos, mas não muitos, porque o mal estava lançado e nuns encontrava condições mais fáceis de se desenvolver, noutros o ritmo de crescimento era mais lento, mas aumentava sempre e isso é que importa reter. Todos os anos, com poucos lucros das colheitas, iam amortizando a dívida contraída. Mas a colheita era já tão escassa que para equilibrar um pouco as despesas diminuiu a ração a pagar ao proprietário da terra, de um quarto para um quinto, mas esta não pode

diminuir continuamente, alguns proprietários não cedem e a mesma solução se impõe — partir!

E nas propriedades arrendadas o que se passa? Mercê das boas produções do início, as rendas elevaram-se muito e mantiveram-se assim durante muitos anos, mesmo naqueles de muito más colheitas; e, como todos os outros empresários agrícolas, o rendeiro não pode satisfazer as despesas e a situação agrava-se extraordinariamente.

Em 1947 e 1948 a Federação Nacional dos Produtores de Trigo mandou efectuar um inquérito ao custo de produção do trigo no continente português e o seu resultado foi de 3\$57 para o custo médio completo, enquanto que o preço por que é pago é de 2\$97, desde 1948, data em que o preço subiu para o valor actual, mantendo-se constante desde então. Poder-se-á perguntar como foi possível manter-se a lavoura, se o preço do trigo em 1947/48 já estava \$60 abaixo do custo de produção, e se mesmo já nos primeiros tempos em que vigorou o preço actual no custo lhe era consideravelmente inferior, e como se compreende que ainda pudesse subir o valor das rendas? A resposta encontra-se numa sucessão de anos bons de trigo (de 1950 a 1954, 1957 e 1958) que, nas boas terras, como nos «barros» do concelho de Beja, proporcionaram grandes colheitas, mas já vimos que no concelho de Mértola estes anos não tiveram qualquer influência benéfica, e a diferença de preço entre o custo de produção e aquele por que era pago o trigo deve ter sido o golpe final; a falência que se mantinha encoberta desde há muito, declara-se crua-mente, sem apelo. Aqui mais cedo e angustiante do que nas terras boas, onde os anos de 1950/58 encobriram um pouco, retardando o golpe final, facto que não se verificou neste recanto, pobre de solos, esgotados por processo e cultura inadequados que os tornaram esqueléticos.

Aliciar para uma cultura, desde que se lhe não pague o suficiente, e incitá-la pelo empréstimo, conduz à ruína, o que se não previu, mas que hoje é um espinho no pensamento nacional, que a todo o custo se procura solucionar. Não nos cabe a nós dizer se essas soluções têm sido sempre as melhores.

*A forma de exploração agrária: a parceria* — No concelho de Mértola, as três formas de exploração agrária

(a conta-própria, o arrendamento e a parceria) encontram-se repartidas nas percentagens de 60 p. 100, 30 p. 100 e 10 p. 100 (7). Mas, considerando a aldeia e os seus campos, as proporções são muito alteradas e aí por 1940 poder-se-ia dizer, sem receio de errar, que cerca de 90 p. 100 dos seus produtores se incorporariam no último sistema. Era verdadeiramente uma aldeia de seareiros, essa gente activa que rompeu a charneca, trabalhou a terra, levou o trigo até aos lugares onde só existia mato, transformando-os em terra de pão.

Em primeiro lugar interessa saber no que consiste verdadeiramente essa forma de exploração agrária denominada *parceria*. É um sistema que permite ao cultivador pobre um meio de exercer a sua acção, sentindo a protecção, o apoio económico do proprietário-parceiro, no que diz respeito, além da terra, ao capital de exploração. E por isso este sistema de exploração da propriedade rústica reúne muitos adeptos. Mas uma grande desvantagem tem a parceria, não no seu conteúdo mas por falta de uma regulamentação e fiscalização eficazes, que estabelecessem as contribuições dos dois parceiros, o proprietário e o cultivador. Deste modo, este sistema, de conteúdo tão humano, não se transformaria numa forma de espoliar o fruto do trabalho daqueles que recorrem a ele na tentativa de um lucro razoável. Dum modo geral, é sempre ao parceiro proprietário que cabem os bons lucros.

No concelho de Mértola, ordinariamente, o proprietário contribui apenas com a terra e paga as contribuições. Ao seareiro cabem todos os trabalhos inerentes às várias culturas, desde a sementeira à colheita; desta, paga a quota de um terço, um quarto, um quinto, hoje um sexto. É portanto uma parceria imperfeita, porque de modo nenhum são equitativas as contribuições dos dois parceiros e a quota da parceria, também chamada ração, não corresponde de modo nenhum a essas mesmas contribuições, pendendo a balança sempre a favor do proprietário.

Toda a vasta área do concelho entregue à cultura cerealífera foi obra do seareiro, incitado para ela, na mira de aí

(7) Estes números foram colhidos no estudo de G. SIMÕES RUSSO, H. DE MATOS TAVARES e M. A. ALVES FERREIRA — *Inquérito agrícola e florestal do Concelho de Mértola*, Lisboa, 1950.

encontrar uma melhoria para o seu nível de vida. Nalgumas explorações concederam-lhe a terra de graça nos primeiros anos, conseguindo assim aumentar a área do cereal sem qualquer despesa; mas logo as melhores terras ficaram à conta dos proprietários ou rendeiros e só as mais pobres continuaram entregues ao seareiro, que deu tudo para a trabalhar e retirar dela o que ela já não lhe podia dar.

A rotação praticada era alqueive-trigo-aveia-pousio, e o contrato da parceria respeitava aos primeiros três anos, contribuindo unicamente o proprietário com a terra e o pagamento das contribuições; tudo o resto cabia ao seareiro. Desvantagem nítida, mais chocante se torna quando reduzida a números. Estes mostram uma contribuição para o custo de produção de 8,6 p. 100 do parceiro-proprietário e 91,4 p. 100 do seareiro, como se observa no quadro abaixo (8).

Encargos para cada um dos parceiros:

	Proprietário	Cultivador
Alqueive-trigo ... ..	98\$45	1 710\$73
Aveia ... ..	49\$23	622\$34
Pousio-pousio ... ..	72\$00	—
	<hr/>	<hr/>
	219\$68	2 333\$07

Contribuição dos parceiros para o custo de produção:

Proprietário	Cultivador
8,6 p. 100	91,4 p. 100

Nestas condições, a quota justa seria de um décimo e como vimos chegou a ser de um quarto, diminuindo depois, perante o agravamento da situação, para um quinto e um sexto.

Quando os princípios básicos da solidariedade humana se encontram tão desvirtuados, não admira que a situação evolucione para um caos que levou a pobre gente a uma debandada em massa, procurando fugir a um mal que inconscientemente criara.

Até que as terras começaram a manifestar os sintomas

(8) Números retirados de FRANCISCO CORTES SIMÕES, JOSE AUGUSTO VARELA e JOÃO MENDES ESPADA — *Causas fundamentais do desemprego rural no Alentejo*, J. C. I., 1959.

de esgotamento, a situação manteve-se razoável; mas logo que as colheitas começam a diminuir de ano para ano e o seareiro se vê a braços com as mesmas despesas, rompe-se o equilíbrio. A diminuição da ração de modo nenhum lhe é suficiente para pagar o que deve ao proprietário, e ainda todo o custo de produção; se acrescentarmos que desde 1948 o preço do trigo se mantém \$60 abaixo do custo, então as possibilidades de subsistir são nulas. O proprietário nunca perde, mas o cultivador arrisca tudo!

Vítima dos efeitos do sistema, o seareiro foi aos poucos engrossando o caudal dos 850 000 rurais sem terra e sem previdência social que caminham ao acaso em busca dum ganha-pão, não importa onde, nem o quê. Os pouquíssimos que ainda permanecem travam apenas uma luta de sobrevivência porque o lucro de há muito que os abandonou.

Quanto aos rendeiros, se o caso não apresenta estas tintas tão negras, não deixa de ser um problema grave. O facto mais pernicioso para o rendeiro é o das rendas que se elevam durante os bons anos agrícolas, mantendo-se posteriormente estacionárias (por muitos anos), atingindo os grupos de anos maus ou muito maus como os de 1959-1963. O rendeiro não teve uma produção suficiente, por vezes nem sequer lhe chegou para pagar o custo da produção, como o caso de 1963, mas sem transigências tem que satisfazer uma renda certa. Para estes também o caso do preço do trigo se manter \$60 abaixo do custo de produção desde 1947/48 foi fatal. Se o crédito solucionou, embora aparentemente, a gravidade do problema no início, hoje essa possibilidade diminuiu muito, e a todas as dívidas contraídas adicionaram-se os juros de anos.

O grande proprietário, que explora a terra por conta própria, evidentemente que sofreu também as crises dos anos maus. Mas este possui em regra meios para atenuar as quebras produzidas pelo cereal. As propriedades são grandes, pode a pouco e pouco transferir para novas culturas mais rendáveis parte da área ocupada de cereal. Possui gado, em grandes rebanhos de ovinos que lhe asseguram um lucro sem que para ele tenha dispendido muito. Ao seareiro e ao rendeiro estas possibilidades estão vedadas, porque as parcelas que exploram são diminutas, e o único gado que

tiveram foi a parelha indispensável ao amanho da terra desde o alqueive à debulha.

*Destino dos que saem e conseqüente nível de vida* — Vimos as causas do aspecto desolador desta aldeia, parca de gente, onde em cada rua há casas abandonadas, onde em cada casa existe um ou dois membros duma família, já que os restantes se foram, para longe, a tentar a sorte.

Parece-nos portanto que é nos três pilares, a arroteia, o financiamento da cultura do trigo e a forma de exploração agrária, que se apoia o problema geral que nos levou a estudar esta aldeia, ou seja o êxodo rural assustador que se verifica de há uma vintena de anos para cá. Procurámos conduzir o trabalho até ao motivo principal que passamos agora a analisar no seu processo e conseqüências.

Para tentar dar a evolução da saída de gente, temos de recorrer em parte aos dados da população no concelho de Mértola, enquadrados entre 1864 e 1960 (fig. 6). Trata-se de números ao nível do concelho, pois para a aldeia possuímos apenas os elementos fornecidos pelos recenseamentos de 1911, 1940 e 1960, que, embora escassos, são expressivos: respectivamente 694, 818 e 490 habitantes. Para Corte do Gafo de Baixo as cifras são as seguintes: 342, 458 e 304 habitantes. Quer dizer que, em 1960, a população de Corte do Gafo de Cima representava aproximadamente 60 p. 100 e a de Corte do Gafo de Baixo 75 p. 100 da população de 1940.

Embora os dados demográficos do concelho se iniciem em 1864, até 1878 apenas podemos dizer que há um aumento suave da população do concelho, em que a aldeia estará já incluída, mas não sabemos com que percentagem demográfica, visto que a primeira notícia histórica da aldeia coloca-a em 1876. O aumento processa-se mais vigorosamente até 1890, com um ligeiro decréscimo até 1900, registando-se depois até 1911 um acréscimo de 3 733. Novamente um decréscimo populacional até 1920, de 1783 pessoas, facilmente explicável pelo perturbado período entre 1911 e 1920, onde se enquadram factos da política nacional, a Grande Guerra e a epidemia que se lhe seguiu, causando a morte de cerca de 120 000 pessoas.

É a partir daqui que podemos interpretar com mais segurança esse gráfico. Entre 1920 e 1940 regista-se um aumento contínuo de gente, maior no primeiro decénio, 4 986, e 3 336



no segundo. Parece-nos que este surto demográfico no concelho está de acordo, sobretudo na segunda fase, com o lançamento da Campanha do Trigo de 1929/30, que se prolonga pelos anos seguintes, auxiliada por medidas afins, como a criação da

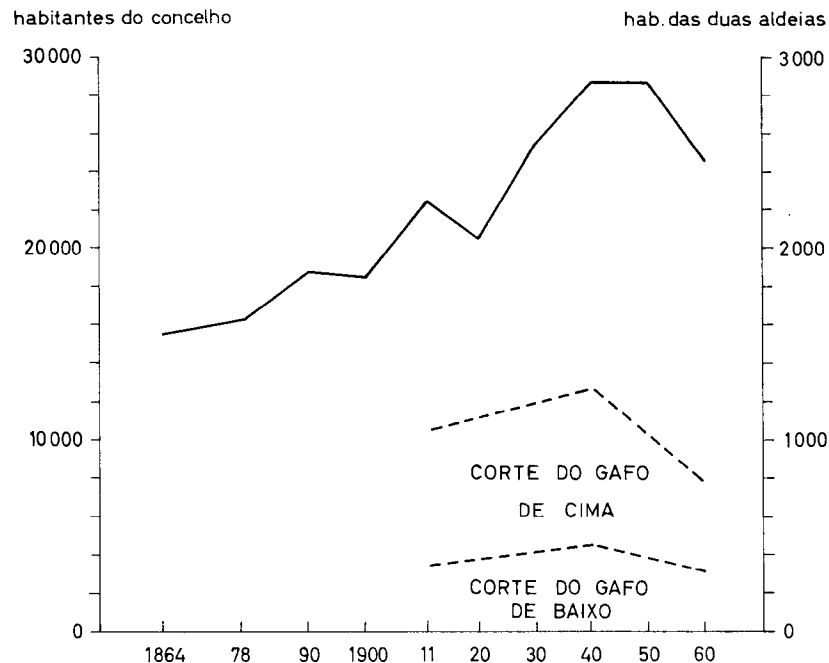


Fig. 6 — Variação da população do concelho de Mértola entre 1864 e 1960, e da das aldeias entre 1911 e 1960.

Federação Nacional dos Produtores de Trigo por decreto de 28 de Maio de 1932.

O incitamento à cultura do trigo atraiu a estas paragens gente numerosa, faminta por derrubar a mata, acabando por transformar em cerros pelados e rochosos a terra onde outrora florescia belos montados de sobre e azinho. Gente activa levou o trigo a toda a parte, prosperou com as primeiras colheitas, aumentou a família. Mas dentro de pouco tempo a semente dourada transformou-se em semente negra que inconscientemente provocaram e tiveram de colher. Chegaram ávidos de trabalho, e são obrigados a partir para não morrer de fome, vítimas inocentes dum sistema em que colaboraram.

Este facto encontra-se representado na evolução demográfica pelo decréscimo que se verifica a partir de 1940, data

precisa em que saem os primeiros dois homens da aldeia. Ao nível do concelho, é possível que a população tenha continuado a aumentar nos anos que se seguem imediatamente a 1940, pois em 1950 é quase igual à de 1940. Durante este decénio, o concelho perde apenas 21 habitantes, mas a partir daí a perda de gente acentua-se extraordinariamente e em 1960 conta apenas com 24 930, 3 897 menos que em 1950, e até hoje não mais parou o êxodo.

Impossibilitada de se manter na terra, a família parte; normalmente o homem vai procurar trabalho em qualquer lado, não importa o quê, nem onde, importa sim arranjar o suficiente, ...diríamos insuficiente, para alimentar a mulher e os filhos.

Agarrado à terra, ele procura trabalho em lugares relativamente próximos como nos «barros» de Beja, ou em qualquer grande herdade onde haja faina constante, o que raríssimas vezes sucede<sup>(9)</sup>. Então resta-lhe ir para mais longe, e a cidade resolve em parte os seus problemas, mas acrescenta-lhes outros. Nela e nos arredores o homem encontra sempre qualquer mister; serventia de pedreiros, serralheiros, amanhã do campo, etc.

Partiram os primeiros, os segundos juntam-se àqueles, para mais facilmente poderem caminhar em ambiente desconhecido, sentindo o amparo dos amigos, da gente da sua terra, com os quais, à noite, regressados da faina, podem conversar a seu jeito, relembrar os entes queridos que deixaram. Ouvem-se e compreendem-se e um certo conforto moral ajuda-os a prosseguir.

A pouco e pouco, puxando os amigos para junto de si, forma-se uma concentração que se segrega tanto quanto possível do ambiente geral.

Fomos encontrá-los não propriamente em Lisboa — embora Lisboa conte com alguns, aqueles que conseguiram arranjar qualquer trabalho melhor, ou o pequeno comerciante que transportou para os bairros mais pobres da cidade a loja

<sup>(9)</sup> Pudemos observar que na herdade do Sr. Doutor Mariano Feio, situada no concelho de Ferreira do Alentejo, se encontram alguns trabalhadores nestas condições, homens da Corte do Gafo e da Amendeira, outra aldeia próxima.

da aldeia, que tudo vende; um pequeno comerciante de Benfica exemplifica este caso, o mesmo sucedendo na Amadora.

Alverca, Samouco, Tires, Almada retêm em si pequenos núcleos de Gafanhos, mas foi na primeira localidade que encontramos a maior concentração, dir-se-ia até uma pequena aldeia individualizada, não propriamente rural, mas que bastante se aproxima da sua terra natal, dada a rusticidade de que se reveste. Alverca é uma vila em franco progresso, que cresce dia a dia, iluminada, ruidosa, mais uma dessas cidades dormitórias, embora conte já com núcleos industriais próprios que absorvem parte da população.

Mas, embora dependentes dela, não é propriamente no seu seio que encontramos os Gafanhos. É um pouco mais adiante, em pequenas concentrações, das quais a mais importante se chama Arcena, situada numa pequena colina distanciada uns três quilómetros de Alverca. Aí, isolada nuns aglomerados de casas baixas, pequeninas, onde não chega a electricidade, vive essa gente. Outros núcleos são o Centeio e A-dos-Potes, principalmente.

Em Arcena contam-se entre 70 a 80 casais, número suficiente para explicar a existência dum desses pequenos comerciantes que, saído da terra, melhor sítio não poderia encontrar para se estabelecer do que aquele onde já estavam os seus conterrâneos, que ele atendia na sua loja da aldeia uns anos antes. O cenário mudou, as personagens permaneceram.

É este aglomerado que vamos tentar descrever, por ser o de maior monta, aquele onde se encontram os primeiros a abandonarem a terra. Pergunta que se impõe, é a razão desta concentração num lugar como este. Em Alverca situam-se as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e só aqui encontramos mais de 20 Gafanhos empregados. Nestes se incluem os primeiros «bandeirantes», que aqui encontram trabalho mercê do conhecimento de um funcionário superior das Oficinas, que é ao mesmo tempo o segundo proprietário da aldeia, pessoa consciente do problema desta gente. É esta a razão da fixação dos primeiros homens. Outros vieram e sempre que possível empregaram-se aí, mas é evidente que esta oportunidade não pode ser dada a todos, que por isso recorrem a outras profissões. Assim, encontrámo-los na Fábrica de Nitratos, na Sociedade Vaz Guedes (construção civil), nos

estaleiros, exercendo actividades que se localizam naquela área. Outros sem emprego fixo fazem o que lhes aparece, serventia à construção civil, o campo, a oficina, respondendo à chamada dos centros que carecem de mão-de-obra, percorrendo para isso distâncias apreciáveis. Nada mais podem exigir com o seu baixo nível de instrução.

Um facto interessante é que o trabalho do campo não foi abandonado, e são sobretudo os velhos, que puxados pelos filhos vieram aqui parar, que se dedicam ao amanho da terra, já que não lhes é possível entrada noutros lugares. Há mesmo um pequenino núcleo de quatro casais que trabalham numa quinta destinada sobretudo ao abastecimento da vila de Alverca.

Vejam agora qual a mudança que se operou no seio destas famílias. Vivem felizes, gostam de estar aqui? A resposta unânime é que estão ali porque têm que estar, quase são obrigados a permanecer, já que na sua aldeia não podiam sobreviver. Conhecem novos horizontes, mas mesmo assim vivem segregados naquele ambiente rústico e, se lhes é possível, voltam todos os anos ou pelo menos uma vez à aldeia!

Os vencimentos diários oscilam entre os 35\$00, 50\$00, 54\$00 até 60\$00. Se não é muito, é pelo menos superior, por vezes o dobro do que ganhavam anteriormente. Mas as despesas não subiram também? Não surgiram mil e uma pequenas coisas que juntas pesam muito no orçamento desta pobre gente? As rendas de casa são todas superiores a 100\$00, e as divisões não vão além de três, para uma família às vezes de seis membros. A carestia da vida, geral em todo o país, acentua-se na proximidade da capital e a isso eles têm de responder também. Os homens solteiros têm que contar com a despesa de lavagem de roupas, quarto, comida, e tirar ainda dinheiro para mandar à família. Terá realmente valido a pena? Valeu a pena por uma razão. É que ali têm, na maioria, um ganho certo, diário, e não se sujeitam à incerteza de meses de trabalho alternando com outros de ócio; mas em todos eles é preciso comer. Sabem que todos os dias têm trabalho e no fim da semana há um dinheiro certo, que não falha, e com ele podem sustentar a família e satisfazer as suas necessidades, senão por completo, um pouco melhor que outrora. Por isso vale a pena acarretar com a saudade, com

tudo o que surgiu de novo, procurando um equilíbrio de vida. Um ideal paira naqueles espíritos, rudes, mas sentimentais: transplantar a vida que hoje usufruem para a sua aldeia. De todos aqueles com que pudemos contactar, e muitos foram, apenas um dos Gafanhos se mostrou com horizontes mais largos, pensando tentar a sorte em França, como empregado contratado. Mas este mesmo era olhado com um certo ar de crítica, porque todos os outros procuram estacionar num lugar, onde possam de vez em quando voltar à aldeia, num lugar que lhes assegure pelo menos a alimentação e o vestuário já que outras exigências não têm.

Foi assim que os encontrámos, um pouco melhor, mas para a maioria as dificuldades são muitas quando o ganho pouco aumentou e as despesas quase duplicaram. Não é um problema irresolúvel; conseguir-se-á resolver se se debruçarem um pouco mais sobre esta gente, dando-lhes oportunidade dum novo meio de vida, para que aqueles que se vêem desterrados, que se segregaram em núcleos próximos procurando reconstituir o ambiente que deixaram há uns anos, possam viver um pouco mais folgadoamente.

#### *NOVAS POSSIBILIDADES ECONÓMICAS*

Queríamos aqui sugerir certas medidas que, bem elaboradas e ministradas cuidadosamente, poderiam pelo menos melhorar as perspectivas, desviando para culturas menos exigentes os solos demasiadamente gastos, para que neles se continue a praticar uma cultura intensiva, e criando-se indústrias que absorveriam o excedente de mão-de-obra da agricultura.

Evidentemente que não nos cabe a nós apontar o que em definitivo há a fazer. Contudo, procurámos em parte aproveitar sugestões que nos foram mencionadas por pessoas conscientes, que algo têm feito para debelar o estado crítico da aldeia, melhor se diria do concelho e até do distrito. Destas soluções escolhemos as que nos pareceram de maior importância, ou por já se encontrarem em vigor, por vezes a título experimental, e como tal pudemos observar os bons resultados, ou porque as encontrámos na opinião geral dos mestres.

*Repovoamento florestal*—No que respeita à renovação do solo, as medidas resumem-se a encontrar plantas de substituição para o trigo, que subsistiria apenas nas terras adequadas, já que a alternativa do regadio não possuirá aqui aspectos importantes, dada a aridez e insuficiente rede hidrográfica.

Abandonar a cultura do trigo seria a atitude mais sensata, se isso fosse possível, o que efectivamente não é, por motivos evidentes. Transferir os fundos monetários habituais do trigo para quaisquer outras culturas, para uma arborização que se impõe, e esperar uns tantos anos, quantos os necessários à obtenção do primeiro lucro, é impossível. Como tal, há que ministrar os medicamentos em doses médias, aos poucos, até que passados uns tantos anos tudo estará melhor, em progresso, sem que a mudança de rumo se tivesse sentido de maneira brusca.

Dadas as características pedológicas e climáticas, a árvore parece ser a melhor resposta ao tentar encontrar uma planta de substituição. A árvore, não só a de rendimento em madeira, mas também a árvore de fruto, seleccionada nos campos de ensaio ou enxertada em espécies bravias, em qualquer dos casos uma árvore perfeitamente adaptada às condições naturais, recebendo apenas a água do céu. O que nos permite estas afirmações é a existência de duas jovens matas, uma de pinheiros, outra de eucaliptos, em terrenos improdutivos, onde já não se cultiva nada, aparecendo apenas mata. São dois substitutos muito mais rendáveis e, embora as plantações sejam muito jovens, dentro em pouco poderão começar a dar lucro.

È no entanto para o eucalipto que mais se voltam as esperanças dos agricultores. Árvore de crescimento rápido, pode em pouco mais de meia dúzia de anos fornecer matéria-prima à indústria, sobretudo à do fabrico de celulose. A plantação que referimos localiza-se à beira da estrada que conduz à aldeia, num local de onde foi retirada a terra para bater o chão das casas e para a taipa. Conta já com 5 000 eucaliptos mas o seu proprietário pensa alargar o domínio do eucalipto às terras mais pobres, e estas são a maioria, onde urgentemente é necessária uma substituição do cereal de sequeiro. A média de plantação anual orça pelos 3 000 pés, esperando-se

que as pequeninas plantas fiquem a espaços suficientemente grandes para permitirem o seu desenvolvimento pleno, facto que não sucedeu na primeira plantação, da qual não se podem esperar grandes lucros, dada a atrofia das árvores, demasiadamente juntas, embora presidisse um técnico a este trabalho.

Se ao rápido crescimento do eucalipto e consequente facilidade de obtenção de matéria-prima se aliasse uma medida que garantisse a sua colocação no mercado a preço compensador, então maior seria o êxito. Parece haver uma certa esperança na criação duma fábrica de celulose junto à Mina de S. Domingos, que trabalharia a matéria-prima fornecida pelos eucaliptos próximos. Se não constitui demasiado optimismo, talvez se possa crer na possibilidade dum surto industrial de relativa importância nacional e uma retomada do tráfego fluvial do rio Guadiana, relegado ao turismo e atravessado apenas pelos barcos da CUF que levam o minério da mina e trazem adubos. Se esse tráfego se generalizasse até Mértola, mediante o desassoreamento do rio, empregar-se-ia muita mão-de-obra rural, sem que deixasse o seu ambiente.

Também não se pode esquecer o sobreiro, que embora bastante afastado do litoral — sua área de eleição — dá mostras de poder desenvolver-se aqui desde que se espere o suficiente até as raízes alcançarem a terra húmida. Uma jovem plantação de 70 ha levou cerca de 4 a 5 anos até se mostrar viçosa e hoje está já em pleno desenvolvimento. Não podendo alargar muito a sua área, mesmo em pequenos bosques será uma árvore de muito melhor rendimento, como substituta da azinheira, uma árvore «morta», perante a extinção dos suínos, grandes consumidores da «boleta» <sup>(10)</sup>.

Quanto às árvores fruteiras, para já podemos apontar duas sugestões de enxertias em plantas espontâneas: no carapeto e no zambujeiro. No carapeto pratica-se a enxertia de pereiro, dando frutos de razoável qualidade, apenas regado pela chuva. Nos campos que ladeiam o atalho que conduz à estrada de Mértola vêem-se muitas enxertias dispersas na área do cercal, lado a lado com os chaparros. Quanto ao zambujeiro, tem recebido muito bem o enxerto de oliveira, produzindo elevada quantidade de frutos.

<sup>(10)</sup> Forma regional do termo bolota.

A vinha parece ser também uma das espécies susceptíveis de uma cultura, se não muito grande, pelo menos para o abastecimento do concelho. Criada em latada, produz frutos muito doces, sem que sejam necessários muitos cuidados especiais. Desenvolvendo-se facilmente, encontrámo-la em pequenas áreas particulares, onde tem sido cultivada a título experimental.

Interessa ainda apontar a laranjeira, pois seleccionou-se já um tipo que cultivado em terrenos apropriados conseguiu uma razoável produção. É no entanto uma solução que não conta para a economia actual, nem possivelmente futura, se não se encontrarem meios eficazes que visem a produção de frutos de boa qualidade e apresentação, susceptíveis de uma exportação, sempre difícil para um mercado de há muito conquistado.

Uma vez que a árvore é a solução óptima, há que pensar no gado. Incompatível com ela, todavia não poderá ser abandonado porque é um factor de muito peso na economia local e o único que até agora conseguiu atenuar as crises do cereal. Há que estudar as medidas que permitam alimentá-lo, já que os campos de pasto se reduzirão muito. Existe um projecto de iniciativa particular para a construção duma pequena barragem, melhor talvez, dum açude, num local baixo onde afluem os pequenos riachos que no Inverno possuem um caudal suficiente para assegurar a existência desse açude. Esta obra destinar-se-ia sobretudo à conservação de água para pastagens. Assim em áreas muito mais restritas que outrora, e empregando espécies forraginosas apropriadas, conseguir-se-iam pastos de boa qualidade e assegurar-se-ia a alimentação do gado. Gado miúdo e muito possivelmente gado vacum, na criação de uma raça de vacas pequenas, rústicas, de muito bom rendimento em carne, de há muito conhecida por raça mertolenga. É evidente que não se poderá nunca pensar numa produção à escala nacional, mas pelo menos numa produção que abasteça o concelho, sobretudo estas aldeias que vivem em carência alimentar de proteínas. Se se generalizasse esta solução, talvez que a população possuísse carne suficiente e a preço razoável. Presentemente seria anti-económica a colocação de carne no mercado local, porque o poder de compra do camponês é muito baixo e a ela não pode chegar. Mas se esse poder de compra se elevar, mercê

duma subida do nível de vida, então talvez seja uma solução viável. Será portanto uma medida a aplicar posteriormente a outras que assegurem a elevação do nível de vida, mediante a criação de indústrias que absorvam os quantitativos excedentes de mão-de-obra da agricultura.

*Criação de indústrias rurais* — As indústrias de mais fácil implantação, presentemente, seriam o fabrico de celulose a partir do eucalipto, como vimos, e a industrialização do mel.

Já GERARD PERY previa em 1883 a diminuição da quantidade de mel com as recentes arroteias que desalojaram os matos e os cortiços que aí se escondiam. O concelho de Mértola foi desde sempre um grande produtor de mel, um dos produtos caseiros que deu algum rendimento, e abastecia a família dum alimento de alto valor nutritivo. Caiu completamente em desuso o pequeno cortiço do quintal, e a população viu-se privada dum bom alimento e barato. Presentemente a produção de mel faz-se em colmeias móveis que, embora bastante dispendiosas, e por isso só os mais abastados as possuem, compensam, porque não há perdas de mel, sendo toda a produção aproveitada, nem se dá o enfraquecimento dos insectos que não necessitam de serem transpostos para outra colmeia quando há que retirar o mel. Com uma produção que oscila pelos 10 kg de mel por colmeia, um lavrador possui a capacidade de produção de 700 kg anuais, mas infelizmente, depois de crestado e embalado, o mel é guardado duns anos para os outros por falta de comprador. Há um verdadeiro jogo entre os compradores de mel, que o vão rejeitando, obrigando o vendedor a entregar a sua mercadoria a um único que o paga a preço muito baixo. Assim, o mel, que poderia ser posto no mercado a cerca de 12\$00-14\$00 o quilo, é vendido pelo triplo e mais até, privando-se os menos abastados dum bom alimento. Uma solução possível seria a associação dos produtores numa cooperativa que reuniria todo o mel, assegurando a sua colocação no mercado. Desta forma, possivelmente, encaminhar-se-ia a produção no sentido da obtenção da geleia real da abelha, um produto tão solicitado hoje em dia pela medicina. Mais uma solução que atrairia a si numerosos braços.

Não falemos aqui da indústria da moagem porque se tem registado o encerramento de algumas fábricas e, como tal,

parece que com a diminuição da área do cereal o processo se agravaria. Na própria aldeia existiu uma moagem, hoje completamente abandonada aliás, não pela evolução da crise mas porque o dono não possuía meios necessários para efectuar os arranjos técnicos que se impunham (est. III, B). Há cerca de cinco anos fechou em Mértola uma fábrica de moagem de farinha espoada, que era depois transportada pelo Guadiana, num gasolina (propriedade do dono da moagem), para o Algarve e trazia de retorno todo o género de mercadorias. Continuam em laboração duas moagens de farinha em rama, que abastecem todo o concelho.

*Remodelação das formas de exploração agrária* — Impõe-se em conjunto com todas as outras medidas uma remodelação das formas de exploração agrária. Por um lado, grandes propriedades, verdadeiros latifúndios, tão extensos que na maioria dos casos nem o próprio dono lhe sabe o tamanho e limita-se apenas a receber o dinheiro dos rendeiros, quantia certa, não importa bons ou maus anos de colheita. Talvez que para estes proprietários ausentes a obrigatoriedade de aplicação duma parte do seu capital em benefício da propriedade, por exemplo no repovoamento florestal, conduzisse a fins úteis e ao emprego de mão-de-obra. As propriedades sujeitas ao regime florestal apenas para efeitos de caça não têm fornecido os benefícios para a protecção e reconstituição do património florestal que a lei pretendia alcançar. Na maioria dos casos esta utilização serve apenas para alimentar a vaidade de meia dúzia de caçadores que, esquecidos dos mais elementares deveres sociais, muitas vezes acabam por deitar fora, apodrecido, o resultado das suas caçadas.

Raríssimos são os proprietários que permanecem no campo como administradores dos seus prédios, vivendo a incerteza da colheita como os mais humildes. Mas mesmo estes garantem aos filhos uma profissão livre, educando-os nas cidades, desapegando-os da terra, e poucos são os casos, hoje em dia, de filhos continuadores da geração lavradora. Há assim uma selecção de aptidões e de trabalhadores experientes. Muito poucos ficam, em particular nestas aldeias em que toda a gente capaz parte, permanecendo apenas os velhos, as mulheres e as crianças. Parece até um paradoxo, perante o excedente de mão-de-obra da agricultura, não existir

por vezes um bom trabalhador, havendo mesmo uma carência de braços capazes.

Quanto à pequena propriedade, há muito se sabe que ela não pode sobreviver nas condições e dimensões actuais. Há que criar um novo tipo de exploração agrária, que partilhe esses imensos latifúndios em explorações familiares, entregues a empresários agrícolas bem preparados e integrados nos problemas rurais, e susceptíveis de lhes dar todo o seu contributo. As escolas agrícolas, tão incipientes ainda, poderiam fornecer estes homens educados para a agricultura.

Supomos que para estas e quaisquer outras soluções possuírem capacidade de êxito, terão de ser elaboradas por técnicos conscientes e experimentados, e pretendemos frisar, com estes dois adjectivos, que, além dos problemas simplesmente económicos, há um que aqui é o principal, o problema humano. Técnicos experimentados, para que não se repitam alguns erros mais tarde difíceis de remediar; conscientes no sentido de verem o homem não apenas como factor de produção mas também como habitante.

MARIA DEOLINDA FERREIRA

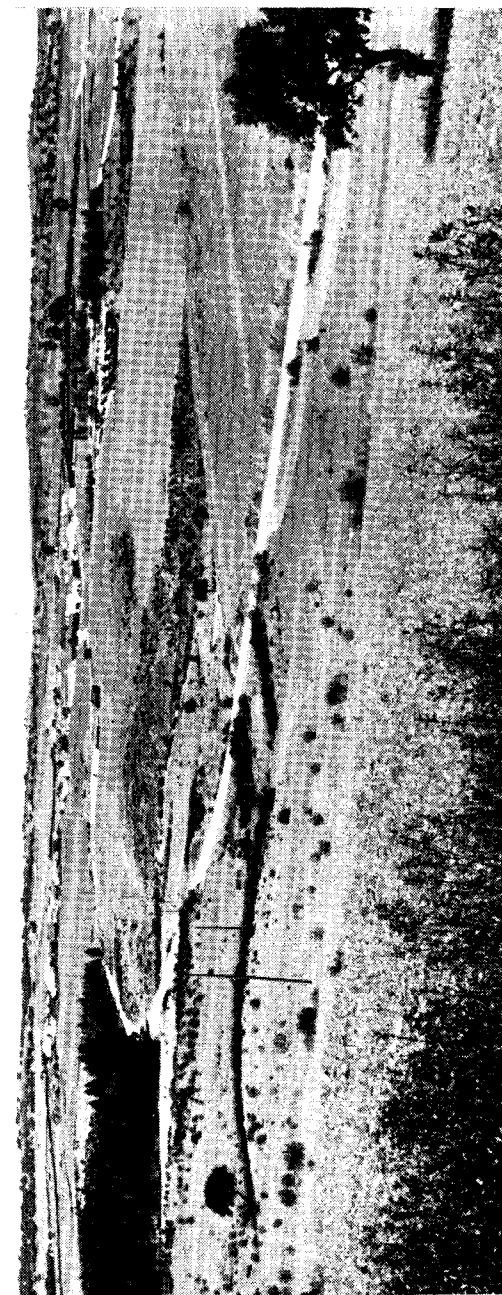
### RÉSUMÉ

*Corte do Gafo, village en décadence.* Situé dans une région sèche du Bas Alentejo oriental, aux minces sols de schistes, le village de Corte do Gafo de Cima connaît depuis 1940 un exode rural accentué (490 habitants en 1960 contre 818 en 1940), succédant à une période d'expansion récente (694 habitants en 1911).

La culture essentielle est celle du blé, selon une rotation de cinq années: une année de jachère labourée, une année de blé, une année de jachère où l'on peut semer ou non soit de l'avoine soit de l'orge, deux années de jachère utilisée comme pâturage. Depuis 1955, tout le travail est fait à la machine et les mulets ont disparu. La peste ayant pratiquement tué tous les porcs, l'élevage est consacré aux seuls ovins qui produisent laine et fromage.

Les petites maisons du village sont soignées, mais on vit surtout en plein air dans la cour. La nourriture est simple, à base de pain accompagné de quelques légumes, d'un peu de lard et de poisson et de quelques oeufs. La consommation du lait n'est pas traditionnelle.

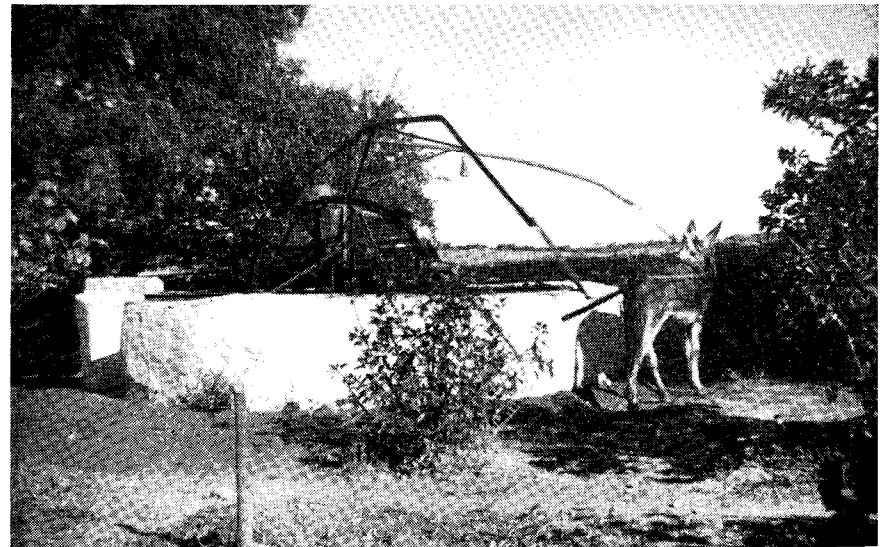
De grands défrichements de la lande (*charneca*) eurent lieu, depuis une époque qui ne paraît pas remonter au delà de 1920. Ils eurent pour but l'extension de la culture du blé, cultivé sans discernement sur des sols pauvres et fragiles, si bien qu'à partir de 1935 les rendements commencèrent à baisser de façon inquiétante.



EST. I — Vista geral de Corte do Gafo de Cima.



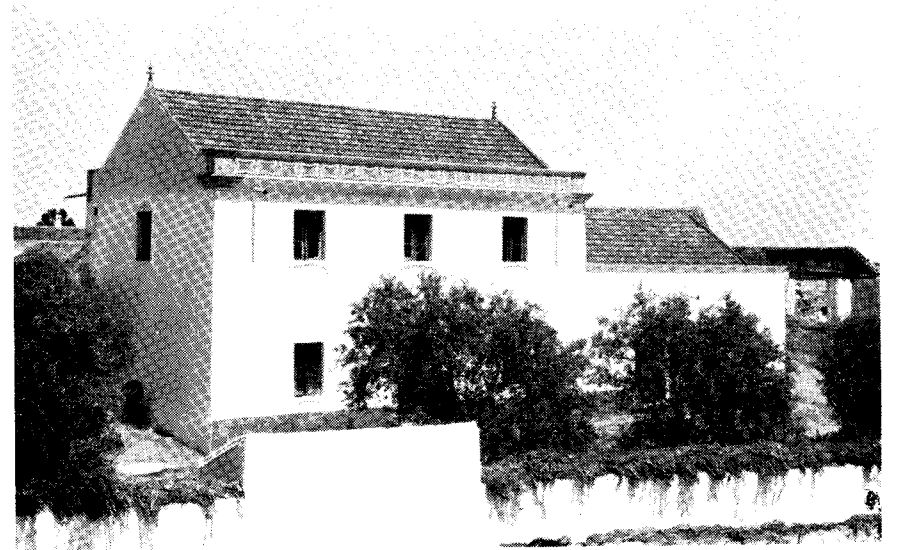
EST. II, A — Hortelão abrindo os regos para a passagem da água.



EST. II, B — Burrico puxando a nora.

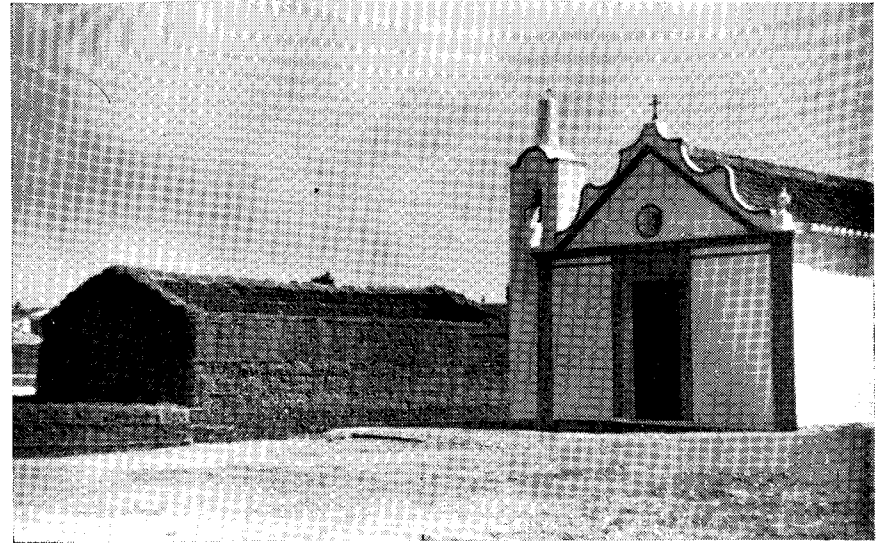


EST. III, A Uma casa de aspecto cuidado está todavia abandonada.



EST. III, B -- A moagem abandonada.





EST. IV, A — A igreja bem conservada, junto duma casa de taipa à qual caiu já uma das águas do telhado.



EST. IV, B — Casas de taipa; no primeiro plano vêem-se só ruínas.



EST. V, A — Cozendo o pão no forno do quintal. Notar o aspecto um pouco desarranjado deste.



EST. V, B — Um poço usado exclusivamente para dar de beber ao gado. Em segundo plano, casas de aspecto cuidado; uma chaminé alentejana ao lado de outra com tendência algarvia.

Une grande «Campagne du Blé» organisée de 1929 à 1933 pour la production de blé national précipita la catastrophe, par le manque de discernement avec lequel furent distribués les prêts aux producteurs. Accablés sous leurs dettes, d'autant plus difficiles à payer que les rendements diminuaient, petits propriétaires, petits fermiers et métayers, ceux-ci représentant quelque 90 % des exploitants vers 1940, furent en peu d'années en grande partie éliminés au profit des gros propriétaires, seuls capables de se maintenir.

Les premiers émigrants cherchèrent du travail dans les grandes propriétés rurales de l'Alentejo, mais bien vite ils durent se résoudre à partir pour la ville, en particulier pour la banlieue de Lisbonne où ils tendent à se grouper en noyaux issus du même village. À Alverca, par exemple, où les premiers émigrants trouvèrent du travail dans une usine de matériel aéronautique grâce à la protection d'un membre du personnel de direction propriétaire au village, 70 à 80 familles de Corte do Gafo sont aujourd'hui rassemblées. Elles vivent sur une colline située à 3 km du bourg. Un boutiquier du village a suivi ses clients et s'y est installé.

Quelques mesures pourraient encore sauver le village? Le reboisement avec des eucalyptus est déjà commencé. On pourrait aussi planter des chênes-liège, des arbres fruitiers, un peu de vigne. Le bétail souffrirait certainement de ce reboisement et il faudrait modifier les techniques d'élevage. La production et la vente du miel pourraient être améliorées. Toutes ces mesures, d'ailleurs, ne seraient efficaces qu'avec la mise au point d'un nouveau type d'exploitation agricole.

#### BIBLIOGRAFIA

- BARROS, HENRIQUE DE — *O Problema do Trigo*. Biblioteca Cosmos. Lisboa, 1941.
- CALDAS, EUGENIO DE CASTRO — *Formas de Exploração da Propriedade Rústica*. Lisboa, 1947.
- FEIO, MARIANO — *Situação Económica e Perspectivas da Cultura do Trigo*. Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, n.º 10. Beja, 1963.
- LOPES, SILVA — *Dicionário Postal e Chorographico*. Vol. I, Lisboa, 1891.
- PERY, GERARDO A. — *Estatística Agrícola do Districto de Beja*. Lisboa, 1883.
- RUSSO, G. SIMÕES, TAVARES, H. DE MATOS, FERREIRA, M. A. ALVES — *Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Mértola*. Plano de Fomento Agrário. Lisboa, 1950.
- SIMÕES, FRANCISCO J. CORTES, VARELA, JOSÉ AUGUSTO, ESPADA, JOÃO AUGUSTO MENDES — *Causas Fundamentais do Desemprego Rural no Alentejo*. Junta de Colonização Interna. 1959.
- VARELA, JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS — *Povoamento Florestal e Reabilitação Social do Trabalhador*. Junta de Colonização Interna. 1960.